



ARIANE DE ALMEIDA CORRÊA COVRE

A evolução da renda disponível no Brasil – 2003-2009.

**Campinas
2014**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA

ARIANE DE ALMEIDA CORRÊA COVRE

A evolução da renda disponível no Brasil – 2003-2009.

Prof. Dr. Cláudio Salvadori Dedecca – Orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração em Economia Social e do Trabalho do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração em Economia Social e do Trabalho.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA ARIANE
DE ALMEIDA CORRÊA COVRE E ORIENTADA PELO
PROF. DR. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA.

Orientador

CAMPINAS
2014

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

C838e Covre, Ariane de Almeida Corrêa, 1989-
A evolução da desigualdade de renda disponível no Brasil de 2003 a 2009. /
Ariane de Almeida Corrêa Covre. – Campinas, SP : [s.n.], 2014.

Orientador: Claudio Salvadori Dedecca.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de
Economia.

1. Desigualdade social. 2. Renda - distribuição. 3. Impostos. I. Dedecca,
Claudio Salvadori, 1957-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de
Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: The evolution of disposable inequality income in Brasil from 2003 to 2009.

Palavras-chave em inglês:

Social inequality

Income distribution

Taxes

Área de concentração: Economia Social e do Trabalho

Titulação: Mestra em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

Claudio Salvadori Dedecca [Orientador]

Geraldo Biasoto Júnior

João Luiz Maurity Saboia

Data de defesa: 25-02-2014

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

ARIANE DE ALMEIDA CORRÊA COVRE

A evolução da renda disponível no Brasil – 2003-2009.

Defendida em 25/02/2014

COMISSÃO JULGADORA

A handwritten signature in blue ink, belonging to Prof. Dr. Cláudio Salvadori DeDecca.

Prof. Dr. CLÁUDIO SALVADORI DEDECCA
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in black ink, belonging to Prof. Dr. Geraldo Biasoto Júnior.

Prof. Dr. GERALDO BIASOTO JÚNIOR
Instituto de Economia / UNICAMP

A handwritten signature in black ink, belonging to Prof. Dr. João Luiz Maurity Saboia.

Prof. Dr. JOÃO LUIZ MAURITY SABOIA
IE / UFRJ

*À meus pais, Zelita e Claudio, pelo amor
incondicional,*

*Ao meu marido Paulo, por me ensinar todos os
dias a amar.*

Agradecimentos

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, autor da minha vida, que me permitiu chegar a conclusão deste trabalho e ao final de mais uma etapa em minha vida.

Agradeço também à minha família sem a qual eu não teria chegado ao final deste trabalho. Aos meus pais, Claudio e Zelita, meus maiores incentivadores, por terem me dado apoio em todos os momentos, por se interessarem pelo tema, lendo e conversando sempre que possível. É bom saber que posso contar com vocês sempre!

Minha gratidão ao Paulo, meu marido, pelo suporte, pela compreensão e pelo companheirismo durante esses anos de mestrado e ao longo da elaboração da dissertação. Tudo fica mais fácil ao seu lado, amo você!

Quero agradecer aos amigos e companheiros de jornada desde a graduação, Josiany, Anderson e Ana Paula com quem aprendo muito e posso compartilhar conhecimento e reflexões sobre a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Agradeço especialmente a Josy pelas leituras, críticas e sugestões.

Agradeço aos professores, funcionários e colegas do Instituto de Economia da Unicamp, com os quais aprendi não apenas sobre economia, mas também sobre os desafios do mundo acadêmico. Foi um prazer conhecer colegas como Alexandre e Lygia que me ajudaram a ampliar a visão sobre a luta por igualdade e justiça social.

Não poderia deixar de agradecer ao Cassiano Trovão e também a Juliana Bacelar pela imensa ajuda no trabalho com os dados. Se não fosse o seu auxílio este trabalho certamente não seria possível!

Por fim, agradeço ao professor Claudio Salvadori Dedecca, meu orientador, pela dedicação, pelo rigor, pelas cobranças e por tudo que me ensinou neste período. Muito obrigada!

Resumo

O Brasil é um país profundamente marcado pela desigualdade de renda, mas durante a última década passou por um período de crescimento econômico acompanhado de uma melhora na estrutura social e de redução da desigualdade. Este trabalho pretende analisar a queda da desigualdade de renda disponível no Brasil no período de crescimento econômico compreendido entre os anos de 2003 e 2009. Pretende-se estudar a evolução da desigualdade de renda após a subtração dos impostos, tendo em vista a importância dessa informação como um aspecto importante de uma abordagem multidimensional da desigualdade, para compreender a atuação do Estado nesse processo de diminuição da desigualdade.

Palavras-Chave: Impostos, desigualdade de renda, distribuição de renda.

Abstract

Brazil is a country deeply marked by income inequality, but over the last decade has experienced a period of economic growth accompanied by an improvement in the social structure and inequality reduction. This paper discusses the fall in inequality of disposable income in Brazil in the period of economic growth between the years 2003 and 2009. We intend to study the evolution of income inequality after subtracting taxes, considering the importance of this information as an important part of a multidimensional approach to inequality aspect to understand the role of the state in this process of reduction of inequality.

Key-words: Taxes, income inequality, income distribution.

Lista de Tabelas e Quadros

Quadro 1.1.....	10
Tabela 1.1.....	21
Tabela 2.1.....	30
Tabela 2.2.....	46
Tabela 2.3.....	47
Tabela 2.4.....	51
Tabela 3.1.....	56
Tabela 3.2.....	62
Tabela 3.3.....	64
Tabela 3.4.....	69
Tabela 3.5.....	71
Tabela 3.6.....	72
Tabela 3.7.....	74
Tabela 3.8.....	77
Tabela 3.9.....	78
Tabela 3.10.....	82
Tabela 3.11.....	87

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1.....	32
Gráfico 2.2.....	32
Gráfico 2.3.....	33
Gráfico 2.4.....	34
Gráfico 2.5.....	36
Gráfico 2.6.....	37
Gráfico 2.7.....	38
Gráfico 2.8.....	39
Gráfico 2.9.....	40
Gráfico 2.10.....	41
Gráfico 2.11.....	48
Gráfico 3.1.....	57
Gráfico 3.2.....	59
Gráfico 3.3.....	60
Gráfico 3.4.....	80

Sumário

INTRODUÇÃO.....	01
1 - O conceito de renda e as formas de mensurá-la.....	05
1.1 A desigualdade além da renda.....	06
1.2 O conceito de renda de Hicks e as críticas feitas a ele.....	11
1.3 A mensuração da renda.....	18
2 – Crescimento econômico e aumento da renda no Brasil de 2003 a 2009.....	29
2.1 O aumento da renda e a redução da desigualdade.....	30
2.2 A queda na desigualdade de renda e as questões da regressividade do sistema tributário e do acesso a bens e serviços públicos.....	42
3 – A evolução da renda disponível no Brasil entre 2003 e 2009.....	55
3.1 Estudos anteriores.....	55
3.2 Trajetória metodológica.....	62
3.3 Apresentação de resultados.....	67
CONCLUSÃO.....	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	93

Introdução

A primeira década do século XXI no Brasil foi marcada pela redução da desigualdade de renda demonstrada na queda do índice de Gini, que mede a desigualdade, de 0,59 para 0,54 entre 2003 e 2008. Uma redução importante considerando o curto período e o fato de ser um país profundamente marcado pela desigualdade de renda. Outro fato que chamou atenção para a redução da desigualdade de renda foi o crescimento econômico que o país apresentou na década passada.

O crescimento econômico chamou atenção pois o país entrou nos anos 2000 após um longo período de baixo crescimento, vindo de duas décadas marcadas primeiro pela alta inflação e pela dívida externa e posteriormente pela abertura da economia, juros altos e crise cambial.

Além de o país ter voltado a crescer após 2003, o período de crescimento econômico entre 2003 e 2008 se diferencia de outros períodos de crescimento na história do Brasil, justamente por ter sido um crescimento com distribuição de renda, isto é, neste período houve um expressivo aumento da renda e este crescimento foi ainda maior entre as famílias mais pobres da população, o que resultou na redução da desigualdade de renda corrente.

Este cenário de crescimento com distribuição de renda chamou muita atenção por ser considerado por diversos autores como um acontecimento inédito na história do país, pois em outros momentos da história nos quais o país cresceu, como por exemplo no período do milagre econômico, o crescimento foi fundamentalmente concentrador de renda.

A retomada do crescimento após 2003 se deve a diversos fatores como uma conjuntura internacional favorável até 2008 e fatores internos, especialmente após 2006, que contribuíram não apenas com o crescimento econômico, mas também com a redução da desigualdade de renda, porque colaboravam para o aumento da renda entre os mais pobres.

Entretanto, o crescimento econômico e a redução da desigualdade de renda entre 2003 e 2008 geraram, segundo Dedecca (2012), um otimismo exacerbado em alguns segmentos da sociedade, minimizando os desafios que ainda restam na transformação desse país profundamente marcado por desigualdades econômicas e sociais. Dentre os desafios para a transformação do Brasil num país mais justo e igualitário, está a questão do sistema tributário brasileiro que é reconhecido como um sistema regressivo e que interfere direta e indiretamente para que a distribuição de renda seja tão desigual. É preciso investigar como se comportou a desigualdade de

renda após a incidência dos impostos. Será que a ampliação do gasto social fez com que a desigualdade de renda disponível fosse menor que a de renda corrente? Quais foram as principais razões para a diminuição da desigualdade de renda no Brasil neste período?

Diante dessas questões, este trabalho se propõe a observar a evolução da desigualdade de renda disponível no Brasil entre 2003 e 2009, isto é a distribuição de renda após a incidência tributária, a fim de observar os impactos da tributação na distribuição de renda. Para isso esta dissertação será dividida em três capítulos.

No capítulo 1 procuraremos apresentar a desigualdade de renda como apenas uma das diversas dimensões na qual a desigualdade se manifesta. Veremos que a desigualdade no sistema capitalista é um processo dinâmico e inerente ao sistema e, após discorrer sobre o conceito de desigualdade, procuraremos apresentar o conceito de renda. Veremos o conceito de renda formulado por Hicks e as fragilidades deste conceito apresentadas por outros autores, especialmente a necessidade de se considerar a renda não monetária como parte da renda. Finalmente apresentaremos o conceito de renda disponível, fundamental para analisar a intervenção do Estado por meio da tributação na distribuição de renda.

O segundo capítulo apresentará a redução da desigualdade de renda corrente no período de 2003 a 2009, enfatizando que esta redução ocorreu porque houve crescimento da renda neste período, especialmente entre os mais pobres, proporcionada pelo aumento do emprego e reestruturação do mercado de trabalho, pela política de valorização do salário mínimo e pelos programas de transferência de renda. Ademais, a baixa inflação, os preços baixos proporcionados pelo efeito China e o aumento do crédito também contribuíram para o aumento da renda real e do consumo das famílias mais pobres. Contudo, veremos que apesar da redução da desigualdade de renda corrente, ainda existem diversas esferas, no que diz respeito aos serviços públicos, em que há muita desigualdade no acesso e além disso, apresentaremos a regressividade da estrutura tributária brasileira, que contribui para a concentração de renda no país.

No terceiro capítulo, utilizaremos os dados das Pesquisas de Orçamento Familiar de 2002-2003 e de 2008-2009 para analisar a distribuição da renda disponível e qual a participação dos impostos indiretos na renda das famílias dos diferentes décimos de renda. Além de apresentar os resultados dessa análise, vamos compará-los aos resultados obtidos em pesquisas feitas por diferentes autores, a fim de respaldar a conclusão sobre o impacto da imposição fiscal na distribuição de renda neste período. Apresentaremos ainda no capítulo 3 a estrutura de gastos das

famílias e a participação da tributação indireta na renda por item de gasto, buscando averiguar quais as despesas mais importantes para as famílias mais pobres e como a tributação indireta onera estes grupos de despesa. E por fim apresentaremos as conclusões deste trabalho.

Capítulo 1 – O conceito de renda e as formas de mensurá-la.

Introdução

O objetivo deste trabalho é observar as mudanças no grau de desigualdade de renda disponível no Brasil entre 2003 e 2009, mas antes de fazer esta análise, é preciso saber do que estamos falando e esclarecer conceitos fundamentais para a construção desta dissertação. Como a desigualdade de renda é nosso objeto de estudo, precisamos ter claro o conceito de desigualdade e o conceito de renda.

Assim, o primeiro item deste capítulo procurará apresentar a visão de desigualdade que baliza este estudo: a compreensão de que a desigualdade é um processo inerente ao modo de produção capitalista e que se manifesta em diversas dimensões, uma delas é a renda, e é sobre esta dimensão que nos debruçaremos neste trabalho.

A segunda sessão apresentará o debate teórico que envolve o conceito de renda, bem como o conceito que predomina atualmente. Para isso faremos uma revisão bibliográfica com diferentes autores que trataram desse tema, a começar por Hicks, cuja definição de renda é utilizada até hoje e teve grande influência no Sistema de Contas Nacionais, e também com Kuznets, Eisner e Zacharias que criticaram determinados pontos da formulação de renda de Hicks.

Após a apresentação do debate em torno do conceito de renda, procuraremos apresentar na terceira parte do capítulo as diferentes formas de mensurá-la, demonstrando que para diferentes fins analíticos, devem ser utilizadas diferentes formas de renda. E com base no relatório do Grupo Camberra (2001), procuraremos apresentar o conceito de renda disponível, renda disponível ajustada e os motivos pelos quais essas são as medidas mais adequadas para analisar a distribuição de renda e os efeitos da atuação do governo sobre a distribuição de renda.

Ao final serão apresentadas as conclusões do capítulo procurando observar que o conceito de renda de Hicks continua sendo importante, mas que instituições como o Grupo Camberra percebem a necessidade de medir a renda não apenas de uma forma monetária, mas também agregar formas de renda não monetárias como as transferências em espécie, incorporando assim, uma das críticas feitas por Kuznets à definição de renda de Hicks.

1.1.A desigualdade além da renda.

Para estudar a desigualdade, é preciso ter claro a definição deste conceito. Por isso, procuraremos entender o conceito de desigualdade enquanto um processo que é próprio do modo de produção capitalista. Isto significa que a dinâmica capitalista tende a gerar desigualdade econômica e social.

Apesar de tratarmos da desigualdade no capitalismo, sabemos que este é um fenômeno que precede o capitalismo. Conforme Dedecca (2010a), diversos pensadores, como Platão e Aristóteles, procuraram discutir a questão da desigualdade nas sociedades em que estavam inseridos. Entretanto, há uma forma histórica e particular de desigualdade no sistema capitalista que, por ser um sistema dinâmico, reconfigura constantemente a economia e a sociedade.

Vários pensadores procuraram explicar a desigualdade no capitalismo. Dentre eles Rousseau, Smith e Ricardo. Porém, é na análise de Marx que encontramos a desigualdade em sua conformação histórica no capitalismo. Isto porque Marx procura observar a conformação da desigualdade desde a transição para o modo de produção capitalista com a expropriação dos trabalhadores até chegar na Segunda Revolução Industrial que, com o avanço no progresso técnico e a separação dos trabalhadores dos meios de produção e do controle do processo produtivo, culminou numa maior subordinação do trabalho ao capital.

Ademais, a dinâmica do processo produtivo, sob a lógica da acumulação de capital, passa a controlar o aumento da produtividade, de maneira que há uma necessidade decrescente de mão de obra e, como o trabalho está subordinado ao capital, há um excedente de força de trabalho. Esse excedente de mão de obra coloca o trabalhador em uma situação desfavorável na venda de sua força de trabalho, da qual depende sua sobrevivência. Em outras palavras: a lógica do sistema capitalista é a valorização do capital e para que esta valorização seja cada vez maior, é preciso aumentar a produtividade, isto é, aumentar a produção em relação ao número de trabalhadores. O progresso técnico permite que o processo de valorização seja maior (ou mais rápido) porque aumenta a produtividade, entretanto isto faz com que a necessidade de mão de obra diminua relativamente, de maneira que se cria um “exército de reserva”. A existência desse “exército de reserva” coloca os trabalhadores em desvantagem na relação com o capital, pois existem mais trabalhadores disponíveis do que o capital precisa no processo de valorização, de modo que os trabalhadores perdem poder de negociação de salários e condições de trabalho.

Dessa relação capital X trabalho tipicamente capitalista resulta uma forma de desigualdade que é também tipicamente capitalista, que se manifesta na necessidade do trabalhador de vender sua força de trabalho para comprar bens e serviços essenciais à manutenção da sua própria vida e no fato de que o capital pode não demandar essa força de trabalho se isso não for favorável ao processo de valorização. Quando o capital não compra a mercadoria “trabalho”, o trabalhador não poderá ter acesso a bens e serviços e até mesmo sua sobrevivência estará em risco. Isto porque com a expropriação dos meios de produção, a aquisição de todos os bens e serviços se dá via mercado, por meio da moeda e, para ter acesso à moeda, o trabalhador precisa vender a única mercadoria que possui: sua força de trabalho.

A desigualdade aumentava à medida que o capitalismo avançava e se legitimava. O processo de industrialização e urbanização ocorreu acompanhado pelo aumento da desigualdade, por outro lado a ampliação da desigualdade fez com este tema se tornasse objeto de estudo e passou-se a pensar em formas de combater e reduzir a desigualdade. Algumas medidas importantes para a diminuição da desigualdade no século XX foram, por exemplo, as que interferiam nas relações de trabalho reduzindo a assimetria dessas relações em favor dos trabalhadores, como o controle das condições de trabalho, o direito de greve, a aposentadoria e o seguro desemprego. Além disso, a política social, permitindo que o trabalhador tivesse acesso à serviços como saúde e educação, diminuía sua dependência da venda da força de trabalho para a aquisição desses serviços, pois estes serviços não tinham natureza mercantil, já que não eram adquiridos de forma monetária.

As políticas sociais e as conquistas dos trabalhadores atuaram na redistribuição de renda e contribuíram para a redução da desigualdade, porém não fizeram com que ela deixasse de existir, isto porque a geração de desigualdade faz parte do sistema capitalista. O próprio desenvolvimento capitalista, com seu progresso técnico, tende a colocar os trabalhadores na situação de dependência. A relação capital X trabalho é desigual. Segundo Dedecca (2010a), o sistema capitalista tem a capacidade de aumentar recorrentemente a produtividade, mas falha na distribuição dos bens e serviços produzidos e isso coloca em risco a sobrevivência econômica do sistema e de boa parte da população. Por isso a regulação por parte do Estado é importante para o desenvolvimento capitalista e para redução da desigualdade.

A atuação do Estado por meio da regulação do trabalho e de políticas sociais ocorreu de forma eficaz no pós-guerra na Europa e Estados Unidos, num período de desenvolvimento capitalista e redução da desigualdade, mas esse modelo começou a enfrentar dificuldades políticas e econômicas no final dos anos 1960. A crise do petróleo em 1973 agravou tanto os problemas econômicos quanto os problemas políticos e o modelo distributivo de regulação do capitalismo foi colocado em xeque.

Conforme vimos, a desigualdade é inerente ao sistema capitalista e se manifesta na relação capital X trabalho. Mas para procurar formas de reduzi-la é importante poder mensurá-la. A maneira mais utilizada pelos economistas para mensuração da desigualdade é por meio da renda. Porém, mensurar a desigualdade apenas por meio da renda pode deixar de fora da análise outros fatores importantes para percepção das condições de vida e do bem-estar das pessoas. Como vimos anteriormente, o aumento da oferta de serviços públicos nos países desenvolvidos no período pós-guerra, demonstrou um distanciamento do nível de bem-estar dos indivíduos e das famílias em relação à sua renda corrente. Isto porque, como o acesso a esses serviços não se dava via mercado, não era preciso utilizar moeda para adquiri-los e, mesmo que a renda monetária não aumentasse, o bem estar dos indivíduos aumentaria.

Embora, a renda ainda seja a referência tanto do bem-estar como da desigualdade, a ampliação das instituições contribuíram para a redução do papel do mercado de trabalho e da renda na configuração do bem-estar e da desigualdade da sociedade. Conforme Dedecca (2009):

Hoje, os indivíduos e famílias continuam dependentes do trabalho para viabilizar parte importante de seu padrão de consumo. Contudo, a renda auferida no mercado de trabalho é complementada por um conjunto de bens e serviços que são obtidos através de relações não mercantis. Ademais, bens e serviços intangíveis e não mercantis são preservados e retransmitidos no interior das famílias entre gerações. E, finalmente, uma parcela da sociedade preserva e repassa um estoque de bens (patrimônio) para a próxima geração, o qual gera renda no presente e permite igual processo no futuro, afetando a capacidade de consumo e de bem-estar das famílias e, por consequência, modificando positiva ou negativamente a situação de desigualdade. (DEDECCA, 2009, p.14)

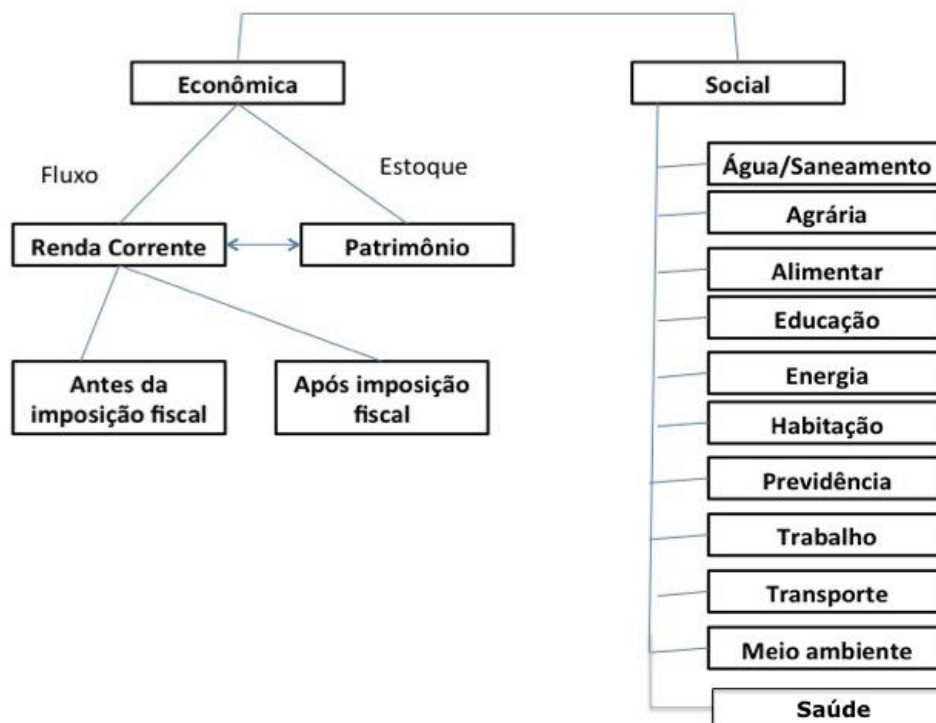
Sendo assim, é preciso romper com a análise da desigualdade focada apenas na renda, pois a desigualdade econômica tem origens não apenas nela, mas também em outros fatores. Segundo o autor, diversas instituições multilaterais de desenvolvimento, observando as mudanças

no capitalismo atual e nas diversas formas de desigualdade, têm procurado ampliar a forma de analisá-la. É importante ressaltar que a adoção de um enfoque multidimensional da desigualdade não significa descartar a análise da desigualdade de renda monetária, mas considerá-la como uma das dimensões de sua análise.

Ampliar os aspectos de análise da desigualdade significa ampliar também as discussões sobre os conceitos de renda e de riqueza, pois a riqueza permite que se amplie a renda e o gasto das famílias e pode gerar potenciais fontes de desigualdade. Ademais, o acesso a bens públicos pode minimizar as fontes potenciais de desigualdade, pois permite, por exemplo, que mesmo com diferentes níveis de renda, os indivíduos tenham acesso aos mesmos tipos de serviços essenciais como saúde, infraestrutura e educação.

A abordagem multidimensional da desigualdade procura entender as diversas formas de renda monetária, bem como dimensões de natureza não monetária, como o acesso aos bens públicos e à exposição ao desemprego. No Quadro 1, Dedecca (2012) divide as desigualdades em pelo menos duas formas básicas: a econômica e a social, sendo que a desigualdade econômica se refere à distribuição dos fluxos e estoques de renda e a desigualdade social está associada ao acesso a bens e serviços sociais.

Quadro 1 – As desigualdades e suas dimensões.



Fonte: DEDECCA (2012, p.5)

A desigualdade econômica é dividida em duas formas: uma relacionada à renda corrente, isto é, a renda proveniente do trabalho e da proteção social (fluxo), e outra que deriva de algum patrimônio (estoque), como por exemplo, a posse de ativos financeiros.

A desigualdade de renda corrente antes da imposição fiscal é a forma de desigualdade que mais tem sido estudada recentemente. Apenas alguns esforços foram feitos em relação à desigualdade de renda disponível, isto é, após a incidência de impostos e transferências monetárias, devido à complexidade desta análise.

No que diz respeito à desigualdade da distribuição do patrimônio, também existem grandes dificuldades de análise, por conta da indisponibilidade de dados que possam ser estudados. Quanto à desigualdade social, esta é mais complexa e tem sido objeto de estudo mais entre sociólogos do que entre os economistas.

Em relação à queda da desigualdade no Brasil na última década, muitas análises foram feitas sobre as causas e efeitos da redução da desigualdade de renda corrente. Entretanto, a desigualdade de renda corrente, embora seja uma dimensão relevante, é insuficiente para explicar a evolução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. É preciso levar em conta outros aspectos importantes da desigualdade como o aspecto social no acesso aos bens e serviços públicos e no aspecto econômico a renda disponível, isto é, a renda após a imposição fiscal. Principalmente porque no Brasil são conhecidos os problemas de dificuldade de acesso e baixa disseminação de alguns serviços públicos e também a regressividade do sistema tributário. Portanto, para entender o que aconteceu com a desigualdade de forma mais ampla na década passada, é preciso analisar essas duas importantes questões, o que será feito nos próximos capítulos.

Todavia, antes de partir para a análise da desigualdade de renda disponível no Brasil, buscaremos nos próximos itens esclarecer o conceito de renda e conhecer algumas formas de mensurá-la.

1.2.O conceito de renda de Hicks e as críticas feitas a ele.

Já apresentamos no item anterior o conceito de desigualdade que fundamenta este trabalho, o conceito de desigualdade enquanto um processo inerente ao capitalismo e que se manifesta em múltiplas dimensões. E como o objetivo deste trabalho é tratar da desigualdade de renda, é preciso ter claro o que é renda, qual o debate teórico que envolve este conceito e quais as implicações da adoção do mesmo. Robert Eisner (1989), falando sobre divergências de mensuração e teoria e suas implicações para a política econômica afirmou a importância de ter conceitos claramente definidos para sabermos o que estamos falando para não criar confusão, pois embora algumas confusões não façam diferença, outras podem ter implicações graves.

“To put matters bluntly, many of us have literally not known what we are talking about, or have confused our listeners – and ourselves – into thinking that what we are talking about is directly relevant to the matters with which we are concerned. In some cases the confusions do not make all that much difference, but often they do.” (EISNER, 1989, p.2).¹

¹ "Para colocar as coisas claramente, muitos de nós, literalmente, não sabemos o que estamos falando, ou temos confundido os nossos ouvintes – e a nós mesmos - a pensar que o que estamos falando é diretamente relevante para os assuntos com o qual estamos envolvidos. Em alguns casos, as confusões não fazem muita diferença, mas muitas vezes elas fazem. "

O autor apresenta o conceito de renda mais utilizado e conhecido: o conceito de Hicks-
Hang-Simons no qual a renda é aquela que podemos consumir, mantendo a nossa verdadeira
riqueza intacta. Procuraremos apresentar as contribuições de Hicks para a formulação deste
conceito de renda amplamente conhecido e as críticas feitas a ele.

A visão de renda de Hicks foi amplamente aceita pelos economistas e influenciou a
metodologia de mensuração do produto e o Sistema de Contas Nacionais. Para Hicks a renda
social é uma coleção de bens e serviços que tem seus valores expressos em termos monetários, na
qual é preciso fazer escolhas no que se refere aos bens e serviços a serem incluídos na renda e no
que se refere a qual valor monetário utilizar para mensurá-los. Dependendo do objetivo, é
possível utilizar várias metodologias (e diferentes pesos) para mensurar a renda nacional.

Para o autor, apesar de os serviços públicos estarem fora do mecanismo de mercado, estes
não poderiam ser excluídos da renda nacional. Os gastos do governo seriam a previdência,
subsídios e serviços públicos e as receitas seriam provenientes de impostos diretos e indiretos.

Já a participação dos bens privados na renda social, para Hicks, é igual ao valor do
produto de bens e serviços não públicos avaliados nos seus preços de mercado, isto é, depois das
taxas, impostos ou subsídios. Pelo método de agregação de renda é igual à soma total da renda
privada menos impostos diretos e menos empréstimos do governo. O autor ainda afirma que é
possível utilizar outro método para calcular a renda imputando um valor para os serviços públicos
– e esse valor deve ser igual ao seu custo.

Dessa forma, conforme observou Dedecca (2009), Hicks apresenta um conceito de renda
focado na dimensão monetária, que não incorpora as transferências monetárias feitas pelo
governo (excluindo os impostos) na mensuração da renda individual, estabelecendo assim um
conceito restrito à renda corrente auferida pelas famílias. Apesar da ampla legitimidade
alcançada, a visão de renda de Hicks foi e continua sendo criticada, como veremos a seguir.

Robert Eisner (1989), por exemplo, afirma que este conceito está muito longe das medidas
que são de fato utilizadas para estimar os rendimentos individuais, os lucros das empresas ou os
agregados de renda pessoal e nacional. Ele aponta a importância de se fazer distinção entre
ganhos nominais e ganhos reais na mensuração da renda e ainda critica o fato de Hicks não

mensurar os serviços públicos na renda como os serviços privados e sim pelo seu custo, apenas como saídas do governo e não pelo benefício que trazem.

Para Dedecca (2009), Eisner contribui com o debate mostrando que a adoção da hipótese de determinação instantânea da renda esperada e da renda auferida representa uma fragilidade na teoria de renda de Hicks, pois pressupõe que todos os indivíduos estimam sua renda e acertam no gasto e que os indivíduos são racionais e tem informações perfeitas sobre inflação e depreciação, para estimar sua renda precisamente e acertar no gasto de maneira a não diminuir seu patrimônio.

Outro autor que critica o conceito de renda de Hicks é Ajit Zacharias (2002). Essa crítica mais contemporânea surge com a preocupação de que o conceito de renda é importante para economistas e formuladores de políticas públicas, principalmente política tributária.

Para Zacharias (2002), para compreender este conceito é preciso examinar qual o contexto original no qual ele foi construído. Segundo o autor, a definição de renda para Hicks deveria ser para fins práticos.

The purpose of income calculations in practical affairs is to give people an indication of the amount which they can consume without impoverishing themselves. Following out this idea, it would seem that we ought to define a man's income as the maximum value which he can consume during a week, and still expect to be as well off at the end of the week as he was at the beginning. Thus, when a person saves, he plans to be better off in the future; when he lives beyond his income, he plans to be worse off. Remembering that the practical purpose of income is to serve as a guide for prudent conduct, I think it is fairly clear that this is what the central meaning must be. (HICKS, 1939,172)apud ZACHARIAS (2002, p.2).²

O autor acredita que a motivação da definição de renda para Hicks é subjetiva, para facilitar a conduta prudente do indivíduo, e o significado central da renda também seria subjetivo por ser formulado com base nas expectativas do indivíduo. Esse significado seria relevante apenas para a renda pessoal disponível, segundo Zacharias.

A motivação para a medição de renda em economias capitalistas modernas, nas quais existem empregadores, contribuições para a segurança social, tributação do rendimento pessoal, e

² O objetivo dos cálculos de renda em assuntos práticos é dar às pessoas uma indicação da quantidade que pode consumir sem empobrecer-se. Seguindo esta idéia, parece que devemos definir a renda de um homem como o valor máximo que ele pode consumir durante uma semana, e ainda espera estar tão bem no final da semana, como estava no início. Assim, quando uma pessoa poupa, planeja ser melhor no futuro, quando ela vive para além da sua renda, pretende ser pior. Lembrando que o propósito prático da renda é servir como um guia de conduta prudente, eu acho que é bastante claro que isso deve ser o significado central.

bens e serviços públicos, deveria ser mais ampla do que a obtenção de informações relevantes para gastos com consumo pessoal.

Além dessas limitações, o conceito de renda de Hicks também não conseguiu diferenciar a definição e o cálculo da renda. É um conceito ex ante e por isso não pode servir como uma base para a medição do resultado.

Segundo Zacharias (2002), o conceito de renda de Hicks não poderia ser usado como um ponto de partida teórico para a construção de um sistema de contabilidade de renda:

There is really no Hicksian concept of income (at least in *Value and Capital*) that could be used as a theoretical starting point for building a system of income accounting. The “central meaning” of income as formulated by Hicks had a narrow focus and limited scope. The failure to distinguish between definition and calculation also deprived the concept of much operational significance. In order to serve as a basis of income accounting, definitions of income have to be ex post. Hicks considered three ex ante definitions by specifying in different ways what exactly is meant by “consume” and “well-off.” As Hicks himself recognized, none of the three definitions have any precise ex post counterparts once both labor and property are considered as sources of income. (ZACHARIAS 2002, p.8)³

O fato de o conceito de renda de Hicks ter um foco estreito e um alcance limitado e a sua incapacidade de distinguir entre a definição e cálculo fizeram com que ele tivesse uma limitada aplicação prática. Para ser utilizado como uma base de contabilização de renda, deveria ser um conceito ex post.

Eisner e Zacharias demonstram que o cálculo da renda ex ante na visão de Hicks representa uma fragilidade, de forma que se pode afirmar que na visão de renda de Hicks não há a noção de incerteza. Já Kuznets faz uma crítica mais voltada para as fragilidades na visão de Hicks no que respeita a renda social.

³ Não há realmente nenhum conceito de renda de Hicks (pelo menos no Valor e Capital), que poderia ser usado como um ponto de partida teórico para a construção de um sistema de contabilidade de renda. O “significado central” do resultado como formulado por Hicks tinha um foco estreito e alcance limitado. A incapacidade de distinguir entre a definição e cálculo também privou o conceito de muito significado operacional. A fim de servir como uma base de contabilização de renda, definições de renda tem que ser ex post. Hicks considerou três definições prévias, especificando de forma diferente o que exatamente se entende por “consumo” e “well-off.” Como o próprio Hicks reconheceu, nenhuma das três definições têm qualquer contraparte precisa ex post uma vez que tanto trabalho quanto propriedade são considerados fontes de renda.

Kuznets critica Hicks pelo fato dele não discutir as implicações da renda social no bem-estar, além da formulação do critério pelo qual um aumento ou queda no bem-estar pode ser estabelecido. Para ele, isso seria admissível nos velhos tempos de relativo *laissez-faire*, mas não no período pós-guerra, num período de grande aumento da intervenção governamental tanto na regulação das relações de trabalho, quanto por meio de políticas de renda de serviços públicos.

Segundo Dedecca (2009), na visão de Kuznets é importante considerar as alterações de renda dos indivíduos e das famílias decorrentes das transferências públicas e da incidência do sistema tributário. De forma que, para o autor, o setor público e as atividades do governo são importantes para os resultados econômicos e sociais.

O autor discorda de Hicks na posição extrema de que ou se negligencia o setor público nos cálculos de renda e sociais, ou se inclui todos os serviços públicos. Para Kuznets é possível distinguir as seguintes categorias de atividades governamentais: (i) as de total benefício direto ao indivíduo enquanto consumidor final (educação, assistência médica, alguns serviços de seguros, parques, museus, etc), (ii) aquelas de benefício direto para as empresas de negócios seja na forma de serviço para empresas privadas ou de regulação da economia para o eventual benefício da sociedade (serviços de informações econômicas e todos os serviços de regulação econômica do governo), (iii) aquelas de benefício para a sociedade em geral, ou seja, para manter o corpo social e sua posição vis-à-vis outras unidades estaduais (polícia interna e defesa externa), (iv) articulação entre as atividades de total benefício direto ao consumidor final e qualquer outro tipo de atividade do governo e (v) atividades que resultam em acréscimos de capital, de assistência na produção de serviços atuais de qualquer um dos tipos I-IV.

Apesar de definir os produtos da atividade governamental, Kuznets reconhece que há uma dificuldade na avaliação e mensuração dos efeitos desses bens e serviços, pois é possível saber o que custou ao governo, mas não o quanto eles valem para as pessoas que os consomem.

Como os critérios utilizados na definição e distinção desses serviços foram feitos com base numa analogia com o mercado privado, o autor sugere que eles poderiam ser valorados ao preço de mercado de seus análogos no setor privado. Entretanto o próprio autor verifica que existem duas dificuldades: é possível identificar as características gerais da classe destes serviços governamentais por suas contrapartes nos mercados privados, mas não é possível encontrar o

caso paralelo específico nestes mercados privados; quando os serviços definidos especificamente nos setores público e privado são comparáveis, significa que um indivíduo paga por um produto pelo qual pode ter acesso livremente no setor público, de forma que o valor atribuído a este serviço e opiniões do grupo que utiliza o serviço privado não pode ser considerada para representar o grupo que utiliza o serviço público. Neste caso, Kuznets concorda com Hicks em mensurar os serviços prestados pelo governo pelos seus custos.

Dessa forma, para Kuznets, a fórmula para o rendimento social é a que faz com que seja igual a todos os rendimentos particulares, excluindo todos os impostos, incluindo os lucros não distribuídos líquidos de empresas (excluindo também todos os impostos), além do produto final dos serviços públicos ao custo. Colocando de outra forma: a renda social é igual a despesa dos consumidores em todos os produtos acabados (setor privado) a preços de mercado (consumidor final), além de serviços a pessoas físicas fornecidas por agências públicas, a um custo para o governo, além de formação líquida de capital por parte do governo a preços de mercado.

Esta definição de renda social difere da definição proposta por Hicks porque a definição de Hicks tem a limitação de renda social ser do setor privado sozinho, e tem a inconsistência de que uma parte do produto final é valorada a preço de mercado e o outro ao custo. A inconsistência seria removida somente se pudéssemos estabelecer um preço de mercado para todos os produtos finais dos serviços públicos.

Dedecca (2009) afirma que Kuznets (1955) introduz de forma explícita o argumento da importância do papel de instituições públicas para o estado de desigualdade de um determinado país. Além de apresentar a noção de renda disponível (renda monetária exclusive impostos), o autor explicitou a necessidade de incorporar as transferências públicas não monetárias na discussão de desigualdade, e também o consumo não monetário, a posse de ativos e a transferência de ativos não monetários entre gerações.

Kuznets apresenta a relevância do governo para os resultados da atividade econômica diante do crescente volume de recursos destinados ao consumo público nos países desenvolvidos que cresceram rapidamente no pós-guerra. A atuação do Estado nesse período foi fundamental para o crescimento econômico e para a redução das desigualdades e melhora nos níveis de bem-estar da população dos países desenvolvidos. E essa atuação do Estado em muitos setores não

ocorreu de forma monetária ou mercantilizada, de maneira que o bem-estar da população deixou de ser afetado apenas pela renda monetária.

Outro ponto ressaltado pelo autor é a diferença entre os aspectos de curto e de longo prazo. No longo prazo, o período de tempo é grande o suficiente para que haja grandes mudanças em fatores importantes de análise como a produtividade, condições estruturais, e condições de vida, de maneira que as lacunas deixadas na análise por conta de falhas na medição convencional seriam muito maiores do que numa perspectiva mais limitada de mudanças em curto prazo.

O aspecto da comparabilidade internacional também é tratado por Kuznets que afirma que cada medida de desempenho econômico reflete alguns pressupostos básicos e teorias, entretanto, os conceitos e teorias podem ser diferentes em cada país, dependendo da orientação e do objetivo das análises para as quais as medidas serão utilizadas.

Em suma, o conceito de renda apresentado por Hicks apresenta fragilidades que, como vimos, foram explicitadas por Eisner, Zacharias e Kuznets como a ausência da noção de incerteza e a subestimação dos impactos da atuação do governo na renda e no bem-estar social. Apesar dessas fragilidades, este conceito de renda se tornou predominante e segundo Dedecca (2009), o crescimento do pós-guerra tinha elementos que minimizavam tais fragilidades, contribuindo para a afirmação do conceito como predominante. Esses elementos eram o pleno emprego com predominância do assalariamento que legitimou o conceito de renda derivada do trabalho e as transferências públicas monetárias, que tornava útil o conceito de renda disponível apresentado por Hicks e fazia com que este conceito fosse “suficiente” para dimensionar a desigualdade naquele período. Entretanto, Kuznets apresenta que o conceito de renda não poderia ser reduzido apenas a questão monetária, pois o bem-estar da população também é afetado pela oferta de bens e serviços públicos que não passam pelo mercado.

Considerando a contribuição de Kuznets para o conceito de renda de que é preciso sair do foco estritamente monetário e considerar a intervenção do Estado de maneira direta na análise da renda, observaremos na próxima sessão formas de mensurar a renda que levam em conta a renda não monetária e que permitem observar também o impacto da atuação do Estado na distribuição de renda.

1.3.A mensuração da renda.

Como vimos na primeira sessão deste capítulo, a renda não é a única maneira pela qual o bem-estar econômico pode ser mensurado, por isso é importante considerar questões conceituais mais amplas em relação ao bem-estar como o consumo, a poupança e a riqueza. Segundo o relatório do Grupo Cambera (2001), o bem-estar econômico de uma família pode ser expresso em termos de acesso a bens e serviços. De forma que a mensuração do consumo pode ser utilizada como uma das formas de mensurar o bem-estar. Mas para mensurar toda a extensão do bem-estar econômico de uma família, é preciso observar diferentes aspectos da sua situação econômica, incluindo não apenas a renda, mas também os níveis de riqueza (patrimônio líquido, isto é, ativos menos passivos) e as mudanças no valor dessa riqueza.

Sabendo que a renda não é o único elemento de bem-estar econômico, mas um elemento importante, é preciso ser capaz de medir a renda familiar para ter ideia do nível de bem-estar econômico. Para definir a renda e as formas de mensurá-la utilizaremos como base o relatório do Grupo Cambera (2001).

É importante destacar que diferentes medidas de renda podem ser utilizadas para diferentes fins analíticos como, por exemplo, análise do grau de desigualdade de renda entre grupos dentro de uma população, a extensão da pobreza em termos absolutos ou relativos, bem como o impacto que a intervenção do governo tem por meio da assistência social e da tributação sobre a distribuição de renda e a pobreza, a comparação dos níveis de desigualdade de renda em diferentes períodos ou entre diferentes países.

Já observamos que o debate em torno do conceito de renda é amplo e que o conceito que predomina, apesar das críticas feitas a ele, é o conceito Hicks-Haig-Simons. Entretanto, os conceitos estão sujeitos a diferentes interpretações e o relatório do Grupo Cambera (2001) chama atenção para o fato de que, analistas micro ou macro podem escolher diferentes metodologias de construção da renda familiar, de acordo com o objetivo de sua análise, isto é, diferentes formas de medir o que é na verdade o mesmo conceito. Enquanto o macro analista está interessado no total da renda familiar que se encaixa na macroeconomia como um todo, o micro analista está mais interessado na medição da distribuição dos rendimentos, como é o caso desse trabalho.

Para realizar uma análise da distribuição de renda, o analista micro precisa definir qual a composição da renda a ser analisada. Para isso deve fazer opções em relação aos componentes da renda: renda monetária X renda não monetária, renda regular X renda irregular e manutenção do patrimônio líquido. Além das dificuldades conceituais, o micro analista enfrentara problemas na coleta de dados e no valor da renda declarada nas pesquisas domiciliares.

A renda é formada por diversos componentes, dentre eles, o mais fácil de ser identificado e medido em pesquisas domiciliares são os proventos em dinheiro, isto é, a renda do trabalho. Eles incluem além dos salários, pagamentos de horas extras, gratificações e outros tipos de acréscimos aos salários. Proventos em dinheiro podem surgir a partir de um emprego remunerado ou auto-emprego.

Além da renda do trabalho, também são componentes da renda, os rendimentos de propriedade e as transferências monetárias. Os rendimentos de propriedade consistem no recebimento de rendimentos em troca do fornecimento de terra e capital para determinada produção. São exemplos de rendimentos de propriedade os lucros, dividendos, royalties e aluguéis. Já as transferências monetárias podem ser provenientes de diversas fontes como o governo, fundos de segurança social privados, entidades sem fins lucrativos e de outras famílias, inclusive de diferentes partes do mundo - por exemplo, de famílias de outros países ou de governos estrangeiros. Em geral, a maior parte das transferências provém do governo por meio de benefícios sociais.

Os benefícios sociais podem ser assegurados por contribuições anteriores feitas por pessoas físicas, ou pelos empregadores em seu nome, como por exemplo, as aposentadorias, ou podem ser feitos sem nenhuma contribuição anterior, como por exemplo, os benefícios de assistência social.

A soma da renda do trabalho, da renda da propriedade e das transferências podem ser consideradas como a renda bruta, pois, dessa renda são feitas deduções como o pagamento de impostos diretos e indiretos que reduzem a renda disponível para o consumo.

Quando saímos apenas dos componentes da renda monetária a inclusão de outros componentes da renda se torna mais controversa, pois passamos a incluir rendimento em espécie. Alguns exemplos de rendimentos em espécie são alguns benefícios como um carro fornecido pelo

empregador que faz parte de um pacote de remuneração total; a produção para consumo próprio, bem como para venda ou permuta; alguns pagamentos não monetários de assistência social como vale-refeição ou pagamento de aluguel, etc. Além das transferências sociais em espécie, isto é, do fornecimento de bens e serviços (como saúde e educação) pelo governo. A principal dificuldade conceitual na inclusão de rendimentos em espécie na composição da renda é que o beneficiário não pode ter nenhuma ideia do valor do benefício.

Outra questão importante na composição da renda é a variação do patrimônio líquido, pois algumas famílias podem se beneficiar de ganhos de capital que eles podem ou não realizar, pois a venda de ativos ou realização de ganhos de capital, por vezes, poderia permitir que uma família satisfizesse suas necessidades diárias de alimentos, roupas e abrigo, por exemplo.

Para a definição da renda, e de sua composição, é necessário também saber diferenciar as transferências correntes das transferências de capital. As transferências de capital, segundo o Grupo Cambera (2001) geralmente se referem à aquisição (ou alienação) de bens ou patrimônio líquido e as transferências correntes estão disponíveis para consumo durante o período. Mas na prática, nem sempre é simples diferenciar entre as transferências correntes e de capital. Microanalistas costumam fazer a suposição de que as transferências de capital tendem a ser grandes, inesperadas e de uma só vez, enquanto que as transferências correntes tendem a ser relativamente pequenas e feitas regularmente. Entretanto, dessa definição surgem questões como o que se considera uma transferência grande, inesperada e de uma só vez, pois uma transferência que pode ser considerada por uma família como grande demais para gastar toda com consumo, para outra família pode ser considerada como um rendimento pequeno e que seria bastante natural para fazer tudo disponível para o consumo. De forma que se torna difícil estabelecer regras que possam ser aplicadas igualmente a todas as famílias.

Um exemplo da dificuldade de definição das transferências entre correntes e de capital são rescisões pagas pelos empregadores aos empregados. Estes pagamentos foram incluídos na medida da renda dos trabalhadores, entretanto, eles variam em tamanho para famílias diferentes. Para algumas famílias, elas podem ser consideradas como um meio de financiar o consumo corrente enquanto se procura um novo emprego e para outras, elas podem ser consideradas como um aumento do patrimônio.

Diante dessas considerações no que respeita a análise da renda ou da desigualdade de renda e a composição da renda em cada tipo de análise, procuraremos agora apresentar de forma sistemática uma visão geral dos componentes a serem incluídos em diversas medidas de renda e para isso utilizaremos como base a Tabela 2.1 do relatório do Grupo Cambera (2001), recomendada como um modelo conceitual para análise de distribuição de renda, mas que o Grupo Cambera reconhece que não pode ser plenamente utilizada para fins práticos.

Tabela 1.1 - Definições de renda.

1	Renda do trabalho
1.1	Salários em dinheiro e salários
1.2	Bônus
1.3	Participação nos lucros, incluindo opções de ações
1.4	Indenizações e verbas rescisórias
1.5	Subsídios a pagar para trabalhar em locais remotos, etc. como parte das condições de emprego Valor em dinheiro de 'benefícios extras'
1.6	Contribuições sociais dos empregadores
1.7	Bens e serviços fornecidos ao empregado como parte do pacote de emprego
2	Renda do trabalhador por conta própria
2.1	Lucro / prejuízo da empresa sem personalidade jurídica
2.2	Royalties
2.3	Bens e serviços produzidos para permuta, menos o custo de insumos
2.4	Bens produzidos para consumo doméstico, menos o custo de insumos
2.5	Renda menos despesas de habitações ocupadas pelos proprietários
3	Renda de aluguéis
3.1	Renda menos despesas de aluguel, exceto renda da terra
4	Renda da propriedade
4.1	Os juros recebidos menos juros pagos
4.2	Dividendos
4.3	Aluguel de terras
5	Transferências correntes recebidas
5.1	Contribuições patronais para os regimes de seguridade social
5.2	Benefícios de seguro social em dinheiro de programas do governo
5.3	Benefícios de assistência social universal em dinheiro do governo
5.4	Benefícios de assistência social de recursos aprovados pelo governo em dinheiro
5.5	Transferências regulares de dinheiro recebidas entre famílias
5.6	Apoio regular recebido de instituições sem fins lucrativos, tais como instituições de caridade
6	Renda total (soma de 1 a 5)
7	Transferências correntes pagas
7.1	Contribuições dos empregadores para a seguridade social
7.2	Contribuições dos empregados para a seguridade social

- 7.3 Impostos sobre a renda
 - 7.4 Impostos regulares sobre o patrimônio
 - 7.5 Transferências regulares em dinheiro entre famílias
 - 7.6 Transferências regulares em dinheiro para instituições de caridade
-

8 Rendimento disponível (6 menos 7)

- 9 Transferências sociais recebidas em espécie

10 Rendimento disponível ajustado (8 mais 9)

Fonte: Grupo Cambera (2001, p.18)

A renda total é a primeira medida da renda agregada a ser construída, é a medida bruta antes de deduzir os componentes necessários para derivar o "rendimento disponível". A renda total, que chamamos também de renda corrente, e tem diversos componentes: renda do trabalho, renda do trabalhador por conta própria, renda de aluguéis, renda da propriedade e as transferências correntes recebidas. Vamos observar agora no que consiste cada um dos componentes da renda total.

O primeiro item da Tabela 1.1 que compõe a renda total é a renda do trabalho que inclui a remuneração monetária e não monetária recebida do empregador, inclusive os pagamentos feitos pelo empregador em nome do empregado, por exemplo, para a previdência.

O segundo componente da renda total é a renda do trabalhador por conta própria, na qual são considerados os lucros que um trabalhador assalariado obtém fora de sua empresa, sem personalidade jurídica. Aqui também são considerados os bens e serviços que as famílias produzem para seu próprio consumo. O relatório ressalta a importância da inclusão da produção doméstica para consumo próprio nas medidas de renda por ser um elemento importante do bem-estar econômico. São incluídos os bens produzidos para o consumo doméstico, menos o custo de outros como o valor atribuído de mão de obra própria e insumos. Os serviços que são produzidos e consumidos pelos membros da própria família, como cozinhar, limpeza e criação de filhos, também têm uma influência sobre o bem-estar familiar. Há grandes dificuldades em colocar um valor sobre eles. A renda atribuída à habitação ocupada pelos proprietários menos despesas de habitação também estão incluídas na renda do trabalhador por conta própria.

Outro componente da renda total é a renda proveniente de aluguéis, que consiste na renda auferida pelas famílias por alugar habitações, outros edifícios, veículos e assim por diante. Para os macro-analistas, essas receitas são consideradas como renda do trabalhador por conta própria,

pois considera que a família esta operando como uma empresa não constituída alugando suas posses. Por outro lado, em alguns países, as micro estatísticas de distribuição de renda consideram a renda de aluguéis como rendimentos de propriedade, como o resultado de "emprestar" um ativo em espécie para outra pessoa. Por isso o Grupo Cambera (2001) apresenta a renda de aluguéis como uma categoria separada.

O quarto item apresentado pelo relatório do Grupo Cambera como componente da renda total é a renda da propriedade, que é derivada do empréstimo de alguns tipos de ativos por um retorno monetário, isto é, pelo pagamento de juros. A renda da propriedade é a receita menos as despesas que surgem a partir desse empréstimo. Por exemplo: juros pagos sobre empréstimos de negócio por parte dos proprietários de empresas constituídas em sociedade, juros pagos por empréstimos associados à aquisição de casa própria, juros pagos sobre empréstimos para financiar o consumo.

E finalmente, a renda total também é composta pelas transferências correntes recebidas. As transferências são pagamentos e recebimentos que podem ser feitos entre uma família e outra, entre as famílias e o governo, ou entre as famílias e as instituições de caridade. As transferências obrigatórias afetam o rendimento disponível, tendem a ser regulares e previsíveis. As transferências obrigatórias podem ser pagas pelas famílias como, por exemplo, o pagamento de imposto de renda, contribuições previdenciárias e pagamento de pensão alimentícia, ou podem ser recebidas pelas famílias como o seguro social e benefícios de assistência social.

Existem também transferências voluntárias feitas em dinheiro entre famílias ou entidades, entretanto, essas transferências não podem ser consideradas como uma fonte confiável de renda pela família receptora e também não podem ser consideradas como uma redução da renda pela família doadora, mas como uma despesa.

A recomendação do Grupo Cambera é incluir nas transferências apenas os pagamentos que são regulares e/ou esperado e invocado pelo destinatário. Todas as outras transferências correntes, em geral relativamente insignificantes, são tratadas nestas diretrizes não como transferências de renda, mas como transferências de despesas.

Assim, a soma da renda do empregado, da renda do trabalhador por conta própria, da renda de aluguéis, da renda da propriedade e das transferências correntes recebidas, formam a

renda total de uma família. Entretanto, o montante da renda total não representa a renda que está à disposição das famílias para consumir, pois cada família também precisa realizar pagamentos correntes. Esses pagamentos são apresentados no relatório como transferências correntes pagas.

As transferências correntes pagas são, muitas vezes, as contrapartidas das transferências correntes recebidas como as contribuições para a previdência e segurança social, mas também estão incluídos nas transferências correntes pagas os impostos sobre renda e riqueza.

Quando se deduz o valor das transferências correntes pagas da renda total, obtém-se o valor da renda disponível, isto é, o valor da renda que está disponível para o consumo das famílias.

Ainda é possível obter o valor da renda disponível ajustada por meio da inclusão das transferências sociais recebidas em espécie. Podem ser consideradas transferências sociais recebidas em espécie os serviços prestados pelos governos visando aumentar o bem-estar das famílias, como educação e saúde, e outras formas de transferências não monetária de recursos do governo para as famílias. Entretanto apenas os serviços individuais são considerados nas transferências sociais em espécie, isto porque há uma dificuldade em mensurar o quanto os serviços coletivos do governo afetam individualmente o bem-estar de cada família ou indivíduo.

Para o Grupo Cambera uma definição completa de renda deve incluir as transferências sociais, que podem vir do governo ou de instituições sem fins lucrativos por meio de bens e serviços, como educação, habitação, cultura e serviços recreativos fornecidos gratuitamente ou a custo muito reduzido.

Há uma série de maneiras em que o valor das transferências sociais em espécie pode se estimado para cada família, entretanto, em geral, os métodos para medir o valor das transferências sociais em espécie recebidas pelas famílias só são possíveis indiretamente por meio de simulações.

A renda total é a medida mais ampla de renda, porque é medida após o recebimento das rendas de propriedade e transferência de receitas, antes de qualquer pagamento. Entretanto, na renda total há um grau de dupla contagem. Portanto, apesar de ser mais fácil de mensurar, a renda total não é a mais utilizada na análise da distribuição de renda. A medida mais utilizada para esse

fim é a renda disponível, porque não contém dupla contagem e por isso é mais livre de impacto dos arranjos institucionais e se aproxima mais da renda que está disponível para o consumo.

A renda disponível ajustada, por sua vez é a medida preferida para a análise do efeito redistributivo total de intervenção do governo na forma de benefícios e impostos sobre a distribuição de renda. Também é importante considerar o valor dos impostos indiretos sobre o consumo para analisar o efeito redistributivo da ação do governo.

É importante ressaltar que a escolha entre a utilização da renda monetária apenas ou da renda monetária e não monetária para a análise da distribuição de renda é fundamental, pois, embora a mensuração da renda monetária seja relativamente mais fácil e mais precisa, ela pode não expressar corretamente todos os recursos econômicos de uma família. Além disso, as rendas monetária e não monetária podem ser significativamente diferentes entre as parcelas da população. A renda não monetária não pode ser ignorada em países nos quais a agricultura de subsistência representa uma forma importante de renda ou em países cuja remuneração dos empregados é em grande medida composta por benefícios.

Assim, o consumo das famílias para mensuração da renda monetária e não monetária deve levar em conta o valor de todos os bens e serviços fornecidos em espécie por parte dos empregadores ou como resultado da produção doméstica (incluindo o valor da renda da habitação ocupada pelos proprietários), que já foram incluídos na renda total. Entretanto, segundo o Grupo Camberra, não se deve incluir os custos incorridos na geração de renda a partir de auto-emprego e nem os custos de geração de renda de habitações ocupadas pelos proprietários ou outras produções em casa como consumo se esses itens foram incluídos na medida de renda. No entanto, se, na prática, não for possível incorporá-los, os custos de produção deverão ser incluídos nas despesas de consumo doméstico de modo que o valor adequado de poupança familiar ainda possa ser mensurado.

As formas como as despesas das famílias são desagregadas depende do tipo de análise que se pretende realizar. Para analisar o efeito redistributivo integral da intervenção do governo na forma de benefícios e impostos sobre a distribuição de renda, é importante identificar os impostos indiretos incluídos no valor da despesa de consumo das famílias. Conhecendo o valor dos impostos diretos (que estão contabilizados nas transferências de renda pagas pelas famílias) e

dos impostos indiretos, é possível comparar o valor dos impostos pagos com o valor das transferências sociais recebidas em dinheiro e em espécie para observar quanto uma família pode estar melhor ou pior em relação ao seu bem-estar diante da atuação do governo por meio de impostos ou transferências.

Concluimos que das três formas de mensurar a renda apresentada pelo Grupo Cambera a renda total é a forma mais ampla de renda, mas não expressa o valor disponível para o consumo das famílias. Por outro lado, a renda disponível ajustada é a forma de renda que melhor demonstra o impacto da intervenção governamental, mas é difícil de mensurar por conta da dificuldade de calcular o valor do benefício das transferências não monetárias do governo. Por isso, utilizaremos neste trabalho (no capítulo 3) na análise da desigualdade de renda no Brasil de 2003 a 2009 a medida da renda disponível, pois permite observar a renda disponível para o consumo e o impacto da atuação do governo na distribuição de renda por meio dos impostos e das transferências monetárias.

Conclusão

O objetivo deste capítulo foi esclarecer os conceitos de desigualdade e de renda e apresentar formas de medir a desigualdade de renda. O conceito de desigualdade foi apresentado como inerente ao capitalismo e que se manifesta em diversas dimensões, não apenas da renda, mas também no acesso a bens e serviços.

No que se refere ao conceito de renda, vimos que Hicks formulou uma definição na qual a renda é composta pelos recursos que podem ser gastos sem alterar a riqueza de um indivíduo ou família num determinado período de tempo. Entretanto, esta definição foi criticada por autores como Eisner e Zacharias por não incorporar a incerteza, por ser uma formulação “ex ante” como se os indivíduos ou famílias estimassem sua renda antes de obtê-la e sempre acertassem no gasto. Zacharias ainda criticou o fato de Hicks não diferenciar a definição da renda e a forma de calculá-la.

Também observamos que Kuznets critica o conceito de renda de Hicks por ser um conceito focado na dimensão monetária e desconsiderar formas de renda não monetárias como as transferências do governo em espécie por meio de serviços públicos.

Apesar das críticas feitas ao conceito de renda de Hicks, ele se tornou o mais conhecido e o mais utilizado e influenciou na formulação do Sistema de Contas Nacionais.

Entretanto, as formas de medição da renda apresentadas no relatório do Grupo Cambera apresentam conceitos que incorporam as críticas de Kuznets no sentido da utilização de medidas não monetárias de renda como as transferências governamentais em espécie.

Além disso, vimos nesse relatório que existem diferentes medidas de renda para diferentes fins analíticos e que a renda disponível é a medida mais utilizada na análise da distribuição de renda, pois incorpora as transferências do governo para as famílias e também os impostos pagos pelas famílias para o governo. O relatório ainda ressalta a importância da incorporação dos tributos indiretos para uma medição mais precisa da distribuição de renda e das transferências em espécie.

Procuraremos analisar no capítulo 3 a distribuição de renda no Brasil utilizando a medida de renda disponível, isto é, incluindo transferências e excluindo impostos, com base nos dados das Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) de 2002/2003 e 2008/2009. Apesar da importância da análise da renda além da dimensão monetária, não será possível analisar a renda disponível ajustada pela dificuldade de mensurar as transferências em espécie.

Antes de passar à análise da renda disponível, no próximo capítulo procuraremos apresentar o aumento da renda no Brasil na primeira década do século XXI e a redução da desigualdade de renda corrente que ocorreu nesse período.

Capítulo 2 - Crescimento econômico e aumento da renda no Brasil de 2003 a 2009.

Introdução

Na última década, a economia brasileira apresentou movimento de recuperação do crescimento do produto e de geração de empregos e, além disso ocorreu uma considerável redução na desigualdade de renda. No primeiro capítulo procuramos apresentar os conceitos de desigualdade e de renda. Passaremos agora a apresentar a conjuntura do período analisado e os fatores que contribuíram para a queda na desigualdade.

O crescimento econômico da década de 2000 foi acompanhado do crescimento da renda corrente, isto é, da renda total das famílias. O crescimento na renda ocorreu por conta de fatores importantes como a queda do desemprego no período, a política de aumento do salário mínimo e o Programa Bolsa Família. Enfatizando que esses fatores contribuíram para o aumento da renda principalmente nas parcelas mais pobres da população, isto é, a renda corrente aumentou proporcionalmente mais nos estratos inferiores da população do que nos estratos superiores. Esse aumento da renda corrente foi potencializado pela baixa inflação do período, pelo efeito China e pela disseminação do crédito.

Devido ao aumento da renda corrente proporcionalmente maior para os estratos inferiores da população, houve uma redução na desigualdade de renda corrente no Brasil na última década. Entretanto, apesar do avanço na queda da desigualdade de renda corrente, existem fatores que limitam a redução das desigualdades: a questão da regressividade do sistema tributário nacional e a insuficiência de serviços públicos para toda a população.

Este capítulo será dividido em duas sessões além dessa introdução e da conclusão. Na primeira sessão procuraremos apresentar a recuperação da atividade econômica no país e os fatores econômicos e políticos que contribuíram para o aumento da renda especialmente entre as camadas mais pobres da população. No segundo item explicitaremos como a estrutura tributária e a falta de serviços públicos limitam a redução das desigualdades. Por fim, as conclusões do capítulo serão apresentadas.

2.1 O aumento da renda e a redução da desigualdade.

A primeira década do século XXI no Brasil foi marcada por um expressivo aumento da renda como apresenta a Tabela 2.1. Podemos observar que os rendimentos reais cresceram para o total da população 3,7% ao ano de 2002 a 2011, enquanto que esse crescimento para as famílias que estão no primeiro e no segundo estrato de renda foi de 6,5% ao ano e no último décimo de renda o crescimento foi de 3,1%. Esses dados comprovam que o crescimento da renda real foi maior na base da população e por isso houve queda na desigualdade de renda corrente.

Tabela 2.1: Indicadores de Rendimento Familiar Per Capita - Brasil, 1999/2011

	1999	2002	2005	2008	2011	%a.a. 2002- 2011
Décimos de Renda	Rendimentos Reais (R\$ 2011)					
1	61	60	71	93	105	6,5
2	122	122	145	187	216	6,5
3	173	177	208	265	301	6,1
4	234	238	277	351	394	5,8
5	297	312	355	453	507	5,6
6	374	385	434	542	597	5
7	499	498	565	677	736	4,4
8	699	682	759	897	959	3,8
9	1113	1059	1145	1325	1394	3,1
99	9301	8710	9390	10322	10618	2,2
Total	577	558	608	713	774	3,7
Indicadores de Concentração						
Gini	0,60033	0,59326	0,57457	0,55422	0,53347	
TTheil	0,74217	0,72414	0,68101	0,63815	0,58015	
Massa de Rendimentos						
1	1,5	1,5	1,6	1,8	1,8	
2	2,4	2,7	3	3,2	3,4	
3	3,1	3,3	3,7	4,1	4	
4	4,3	4,6	5	5,4	5,5	
5	4,2	5,4	4,7	6,3	6,9	
6	6,4	5,7	7	6	5,8	
7	8,3	8,1	8,6	8,7	9	
8	11,2	10,5	10,7	10,8	11,1	
9	17,2	16,7	15,9	15,9	16,1	
99	9,1	9,6	9,5	9,1	8,4	
Total	100	100	100	100	100	

Fonte: DEDECCA, TROVÃO e SOUZA (2012, p.21).

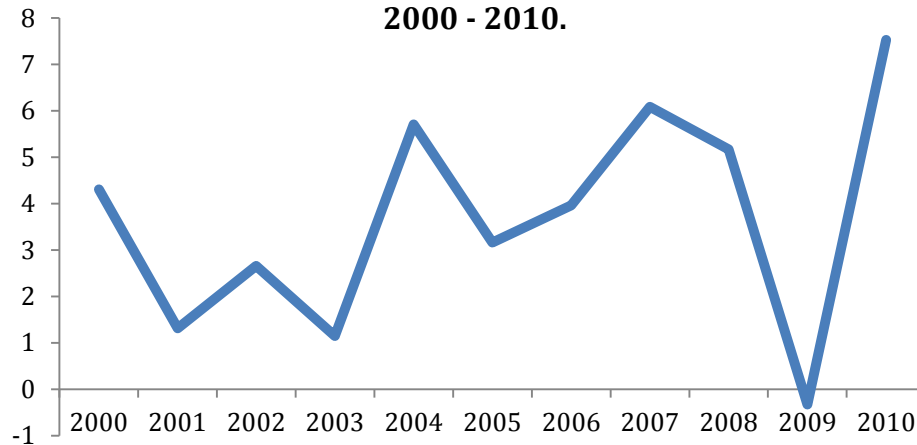
Segundo Lopreato e Dedecca (2013), esse aumento de renda per capita (muito maior nos dois primeiros décimos em relação ao último) é uma experiência inédita no desenvolvimento brasileiro, pelo fato de ter ocorrido um aumento generalizado de renda corrente das famílias, mas num ritmo mais acelerado para as famílias dos estratos inferiores de renda. Entretanto, é importante ressaltar que esse movimento de distribuição de renda corrente não foi suficiente para alterar a enorme diferença entre a parte da massa de renda que é apropriada pelos 20% mais ricos (24,5% em 2011) e a parte apropriada pelos 20 % mais pobres (5,2% em 2011).

Apesar de o grau de desigualdade de renda continuar sendo alto, isso não altera a importância da recente queda na desigualdade e do aumento expressivo de renda em todos os estratos (77% na média) e mais expressivo ainda nos estratos inferiores (117% nos dois primeiros décimos).

O aumento da renda foi ao mesmo tempo causa e efeito do crescimento econômico, formando um círculo virtuoso. O aumento da renda decorre do crescimento, no sentido de que é o crescimento econômico que gera o aumento na renda das famílias, mas o aumento na renda das famílias também alimenta o crescimento econômico porque permite que aumente o consumo. O crescimento do consumo é explicado pela expansão do crédito, que atua como multiplicador da renda, e pela melhora na distribuição de renda. A importância do consumo na sustentação do crescimento ocorre por que este é um gasto autônomo, já que não depende apenas da renda corrente, mas pode ocorrer por conta do aumento da oferta de crédito.

Sendo assim, é importante observar que, após duas décadas perdidas, o crescimento econômico começa a se recuperar depois de 2003, numa conjuntura de desvalorização do Real iniciada com a crise cambial de 1999 que, somada ao fato da expansão do comércio internacional, especialmente da demanda da China, permitiu um crescimento das exportações.

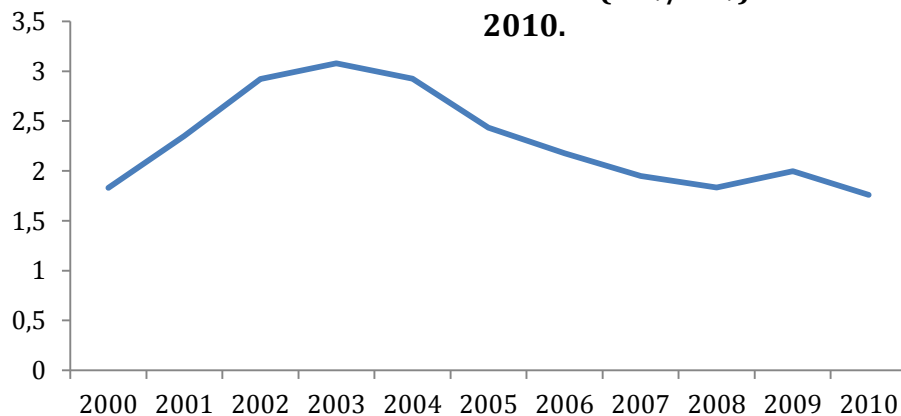
**Gráfico 2.1 - PIB Variação Real Anual - Brasil ,
2000 - 2010.**



Fonte: IBGE - Contas Nacionais. Elaboração própria.

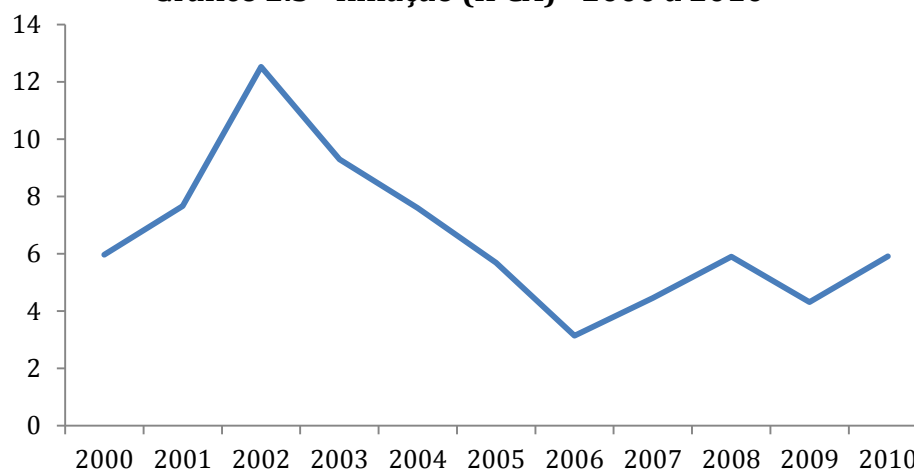
Além do aumento das exportações, após 2004 também há aumento da entrada de capitais, o que contribuiu para a manutenção dos níveis de reservas internacionais, para uma valorização gradual do real (Gráfico 2.2) e para uma queda da inflação (Gráfico 2.3). Em 2004 e 2005 houve crescimento do saldo comercial e do saldo na conta corrente e uma retomada gradual do financiamento externo para o Brasil.

**Gráfico 2.2 - Taxa de Câmbio (R\$/US\$) - 2000 -
2010.**



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração própria.

Gráfico 2.3 - Inflação (IPCA) - 2000 a 2010



Fonte: IBGE . Sistema Nacional de Índice de Preços ao Consumidor. Elaboração própria.

Segundo Lopreato e Dedecca (2013), o superávit externo somado ao fato de o câmbio estar desvalorizado produziu um efeito renda e garantiu a lenta recuperação da economia entre 2003 e 2005. Além disso, a melhora nas contas externas, os superávits da balança comercial e em transações correntes, o aumento das reservas internacionais, e a redução da vulnerabilidade conjuntural deram ao governo Lula maior liberdade na política macroeconômica que vinha desempenhando até 2006.

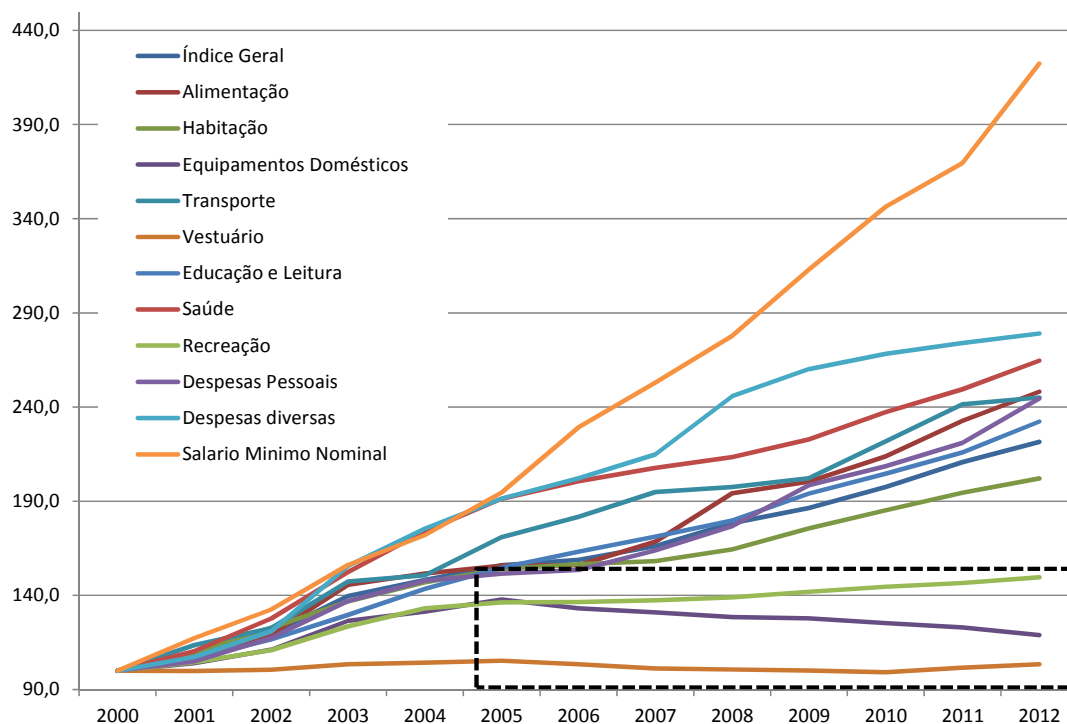
A flexibilização da política econômica permitiu ampliar os gastos com a política social e realizar uma política de valorização do salário mínimo, o que resultou no aumento das taxas de crescimento e queda das taxas de desemprego, e numa melhora na distribuição de renda.

Após as mudanças na política econômica do governo Lula, houve um aumento no ritmo de crescimento da economia brasileira, com controle da inflação e redução da taxa de juros, especialmente de 2006 a 2008. Esses dois fatores – baixa inflação e queda nas taxas de juros – contribuíram para o aumento da renda real das famílias dos décimos de renda inferiores. A queda da taxa de juros amplia as possibilidades de financiamento do consumo e a queda da inflação inclusive no período de maior crescimento contribui para que o poder de compra do consumidor aumente e se traduza em ganhos reais de renda.

O Gráfico 2.4 apresenta a evolução do índice de Custo de Vida na cidade de São Paulo para as famílias com renda até três salários mínimos, elaborado pelo DIEESE. É possível observar que o aumento expressivo do valor do salário mínimo nominal é bem maior do que o

aumento de preços de cada uma das categorias de bens e serviços e também é muito maior do que o índice geral de custo de vida, o que demonstra que a baixa inflação contribuiu para concretizar o aumento do poder de compra do salário mínimo e a distribuição de renda.

Gráfico 2.4 – Evolução do Índice de Custo de Vida do Estrato 1 e do Salário Mínimo Nominal (*). Brasil, 2000 – 2012.



Fonte: LOPREATO e DEDECCA (2013, p. 12). (*)Famílias com renda total de 1 a 3 salários mínimos.

Outro fator importante para o aumento da renda real das famílias e de seu poder de compra é o chamado “efeito China”, isto é, a queda nos preços de determinados produtos, como por exemplo equipamentos domésticos e vestuário, por causa da entrada de produtos importados da China com baixo custo. Se por um lado o efeito China permite um aumento no poder de compra do consumidor no curto prazo, a longo prazo pode ter efeitos negativos sobre a economia nacional, pois a concorrência chinesa pode causar danos à indústria nacional, diminuir a geração de empregos ou até mesmo aumentar o desemprego.

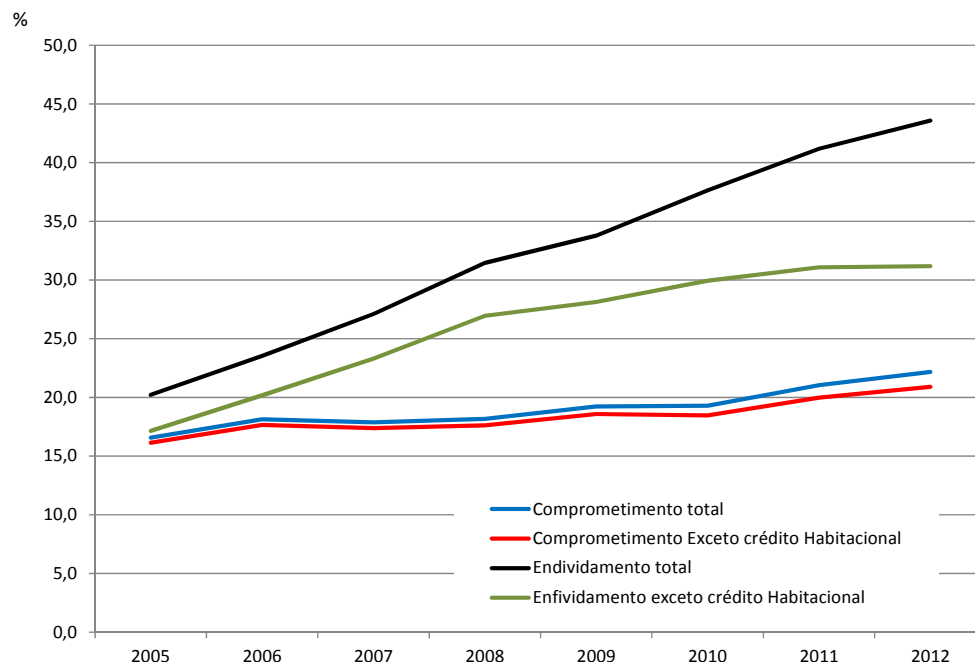
A ampliação do crédito também foi um dos fatores que contribuíram para o aumento do poder de compra e que permitiu o crescimento do consumo. Essa ampliação ocorreu por meio do

crédito consignado e por conta da redução da taxa de juros e da ampliação da oferta. Além disso, o processo iniciado pelos bancos públicos e realizado posteriormente também pelos bancos privados de bancarização da população de baixa renda, permitiu o acesso dessa população ao mercado de crédito.

A disseminação do crédito somada ao aumento da renda num contexto de queda do desemprego permitiu às famílias mais pobres se endividarem e aumentar seu padrão de consumo para além do poder de compra da renda corrente. O Gráfico 2.5 mostra que o endividamento das famílias passou de 17% da renda em 2005 para 31% da renda em 2012.

Entretanto, em 2008, com a crise econômica internacional, a economia brasileira começa a enfrentar dificuldades. O primeiro impacto da crise foi, segundo Barbosa e Souza (2010), uma forte contração na oferta de crédito. Porém o governo, além de não realizar cortes em gastos sociais ou investimentos, adotou medidas anticíclicas como a ampliação da liquidez, a redução dos depósitos compulsórios e, principalmente, a utilização de bancos públicos para retomar a oferta de crédito e a diminuição da taxa de juros. Os resultados foram a retomada do consumo e da trajetória de crescimento já no ano de 2010, apesar da crise econômica internacional.

Gráfico 2.5 – Endividamento e comprometimento de renda das famílias com o serviço da dívida com o Sistema de Financiamento Nacional com ajuste sazonal, Brasil, 2005 – 2010.



Fonte: LOPREATO e DEDECCEA (2013, p.10).

Além da baixa inflação, da ampliação do crédito e do efeito China, outros fatores contribuíram para o aumento da renda das famílias, inclusive esses fatores contribuíram para que a renda das famílias dos estratos inferiores crescesse mais do que a renda das famílias dos estratos mais altos de renda. São eles: a queda do desemprego e a melhora no mercado de trabalho, a política de valorização do salário mínimo e, em menor medida, a política de combate à pobreza por meio do Programa Bolsa Família. A seguir, serão analisados cada um deles.

Crescimento do emprego:

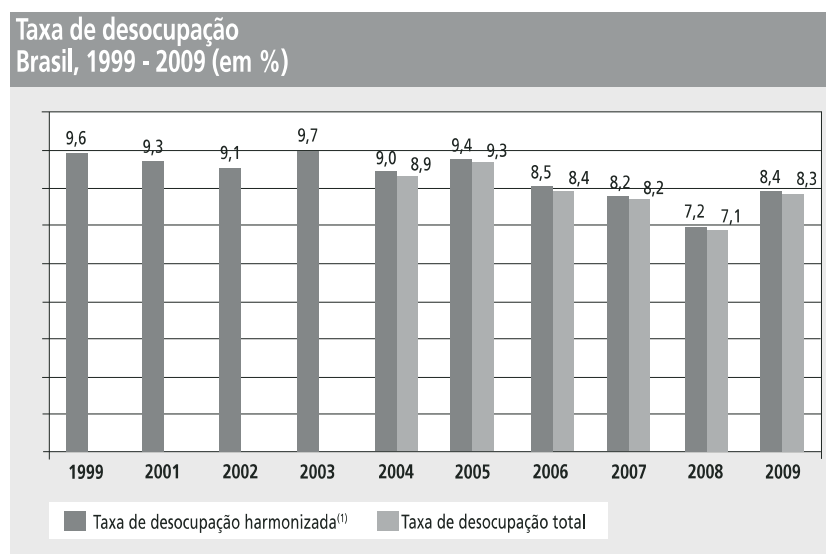
Um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da renda na década passada foi o crescimento do emprego e a reestruturação do mercado de trabalho. A primeira década do século XXI foi marcada pelo crescimento do emprego, especialmente após 2003. Segundo o livro “A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000” do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o saldo positivo da década decorre do aumento da ocupação ter superado o crescimento da população

economicamente ativa (PEA), o que resultou em declínio da taxa de desemprego. Além disso, o mercado de trabalho neste período teve um aumento das taxas de formalização do emprego.

Embora a queda do desemprego e o aumento da formalização no mercado de trabalho não tenham transformado a heterogeneidade do mercado de trabalho brasileiro, foram transformações importantes e que contribuíram para o aumento da renda corrente das famílias, especialmente as de menor renda.

É importante ressaltar que a queda na taxa de desocupação não teve uma trajetória contínua ao longo da década de 2000. O Gráfico 2.6 abaixo apresenta pelo menos três movimentos: de 1999 a 2005, com taxas acima de 9,0%; de 2006 a 2008 em que a taxa de desocupação apresenta quedas sucessivas, até atingir 7,2% em 2008; e o ano 2009, quando a taxa volta a aumentar e chega a 8,4%, o que pode ser explicado como efeito da crise econômica internacional que eclodiu em 2008.

Gráfico 2.6

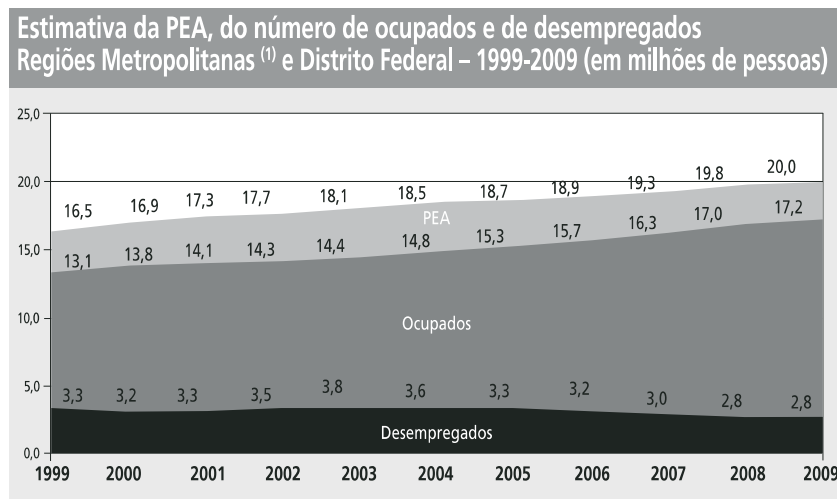


Fonte: DIEESE (2012, p.58).

Ainda segundo DIEESE (2012), a análise dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) do IBGE para o conjunto das regiões metropolitanas onde a pesquisa é realizada no período de 1999-2009 mostra que a taxa de desemprego total caiu de 20,2% para

14,2%, conforme o Gráfico 2.7, o que reflete o impacto do crescimento econômico sobre o mercado de trabalho.

Gráfico 2.7



Fonte: DIEESE (2012, p.59).

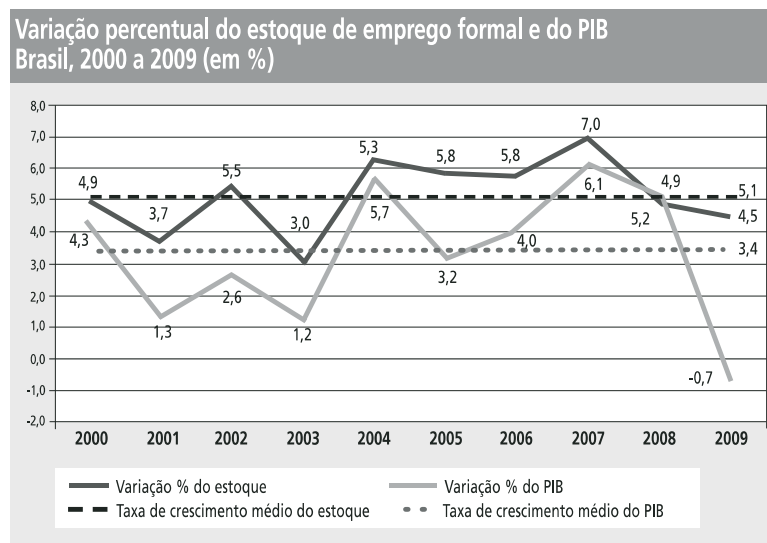
A geração de 4,1 milhões de postos de trabalho nas regiões analisadas pela pesquisa foi maior do que o aumento da PEA, o que explica a queda no número de desempregados no período. O aumento no número de postos de trabalho foi distribuído entre os setores econômicos da seguinte maneira: a Construção Civil apresentou o maior crescimento, em torno de 45,3% sobre 1999; em seguida vêm Serviços (38,0%), Comércio (27,5%), Indústria (18,7%) e Serviços Domésticos (10,6%).

Além da queda do desemprego, outro fator positivo a ser ressaltado é a formalização, isto é a geração de empregos com carteira assinada, o que indica maior qualidade do vínculo de emprego, pois significa que o empregado está incluído no sistema de proteção social, isto é, tem “direitos trabalhistas”, remuneração, e proteção da “seguridade social”.

Conforme DIEESE (2012) analisando dados da Rais (Relação Anual de Informações Sociais), divulgados anualmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), verificou que o número de empregados formais cresceu 64,9% entre 1999 e 2009. Este crescimento foi maior a partir de 2004, como podemos observar no Gráfico 2.8. Também é possível observar por meio do gráfico que em 2008 há uma queda no estoque de emprego formal por conta da crise financeira internacional e da consequente desaceleração do PIB, que cresceu 5,2% nesse ano.

Em 2008 a taxa de crescimento do estoque de empregos formais foi de 4,9%, sendo a primeira vez, menor que taxa de crescimento do PIB. Porém em 2009, apesar do crescimento nulo do PIB, o emprego formal cresceu 4,5%, devido a ação do governo federal por meio de medidas contra-cíclicas que impediu que as consequências sobre o mercado de trabalho formal fossem maiores.

Gráfico 2.8



Fonte: DIEESE (2012, p.80).

Política de Valorização do Salário Mínimo:

A política de aumento do Salário Mínimo, adotada a partir de 2005, também contribuiu muito para o aumento da renda familiar, especialmente das famílias de baixa renda, pois, além de ter impactos sobre os trabalhadores que estão no mercado de trabalho, esse aumento também atinge os beneficiários da previdência e de programas sociais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Os ganhos reais do salário mínimo já vinham sendo constatados desde 1994, com a implementação do Plano Real, entretanto, a partir de 2005 esse movimento de valorização se intensifica, pois o Governo Federal assume um compromisso explícito com o aumento do salário mínimo.

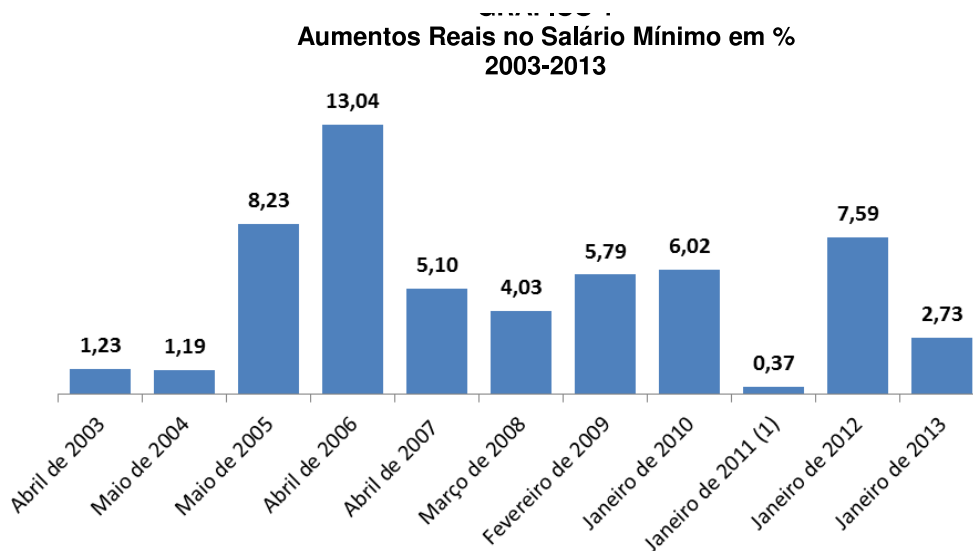
A política de valorização do salário mínimo resultou, segundo a nota do DIEESE (2012), de um movimento unitário das Centrais Sindicais em 2004 que lançava uma campanha com esse objetivo. Três marchas conjuntas foram realizadas em Brasília buscando chamar a atenção dos

poderes Executivo e Legislativo para a importância social e econômica da proposta de valorização do salário mínimo. Como resultados dessas marchas, o salário mínimo, em maio de 2005, passou de R\$ 260,00 para R\$ 300,00.

Depois disso se seguiram as negociações e em 2007 foi definida uma política permanente de valorização do salário mínimo até 2023, na qual são repassados os valores da inflação do período e o aumento real é definido pela variação do PIB. Também foi acordada a antecipação da data-base de revisão até ser fixada em janeiro, o que ocorreu em 2010.

O Gráfico 2.9, apresenta os ganhos reais do Salário Mínimo desde 2003, e nos permite observar como os ganhos reais se tornaram mais expressivos com a política de valorização, contribuindo para a queda da desigualdade.

Gráfico 2.9



Fonte: DIEESE (2012b, p.4).

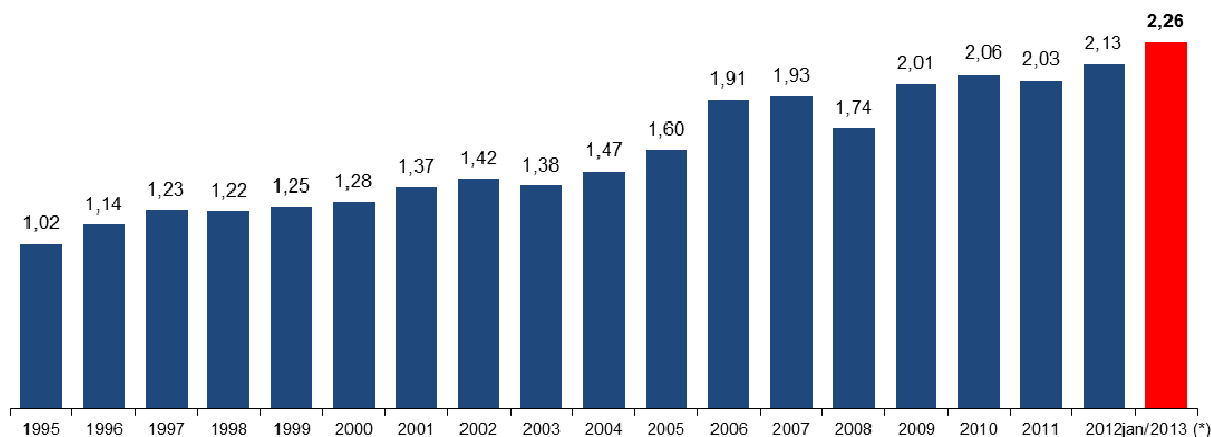
Segundo Baltar et al. (2009), a valorização verificada entre 2003 e 2008 propiciou ganhos reais expressivos (38,3%) aos trabalhadores que recebem um salário mínimo.

Outra maneira de verificar a contribuição da valorização do salário mínimo no aumento do poder de compra das camadas mais pobres da população e consequentemente sua contribuição na redução da desigualdade é observar o poder de compra do piso legal em termos de cesta básica (cesta básica calculada pelo DIEESE para indicar o valor do Salário Mínimo Necessário), como

apresenta o Gráfico 2.10. Verificamos que o poder de compra do salário mínimo cresce a partir de 2004, cai em 2008, mas em 2009 passa a ser duas vezes o valor da cesta básica.

Gráfico 2.10

Quantidade de cestas básicas adquiridas pelo salário mínimo



Fonte: DIEESE (2012b, p.4).

Juntos, o aumento do emprego e o aumento real do salário mínimo foram os fatores que mais contribuíram para o aumento da renda familiar e para a queda na desigualdade de renda.

Programa Bolsa Família:

O programa bolsa família também teve participação, embora menor que a dos outros fatores, no aumento da renda familiar. Em 2003, o Governo Federal iniciou um processo de unificação dos programas de transferência de renda que consolidou o Programa Bolsa Família. Este programa demonstrava o foco na transferência de renda, adotando algumas condicionalidades como a manutenção das crianças na escola e a realização de alguns acompanhamentos de saúde pelas famílias beneficiadas. Em poucos anos, o Programa Bolsa Família atingiu a cobertura da população alvo e ganhou legitimidade social.

Ao atingir a cobertura da população alvo, novos avanços da política de combate à pobreza passavam a depender da condução de aumentos mais expressivos do valor do benefício, bem como da ampliação do escopo de programas e ações por ela adotados. Se tornava inevitável a valorização de outros instrumentos de combate à pobreza, orientados para o fortalecimento da inserção produtiva e ao acesso com qualidade aos bens públicos, como educação, saúde, habitação, saneamento e outros. (DEDECCA, 2011, p.3)

A expansão do Programa Bolsa Família explicitou a necessidade de ampliar a atuação e os instrumentos da política de combate à pobreza para além da transferência de renda, para o oferecimento de bens e serviços públicos de qualidade. Sem a utilização de novos instrumentos, resultados só seriam alcançados com um aumento expressivo do benefício ou com o aumento da população atendida, o que ampliaria muito os gastos com o programa.

A renda familiar cresceu na década de 2000, assim como a economia. Esse crescimento da renda ocorreu de forma mais acentuada nos estratos da população com menor renda e isso foi possibilitado principalmente pela recuperação do mercado do trabalho, com queda das taxas de desemprego, pelo aumento do salário mínimo que se reflete num aumento da renda familiar tanto pelo mercado de trabalho quanto pela previdência e benefícios sociais, e pelo Programa Bolsa Família. A queda na inflação, o efeito China e o aumento da oferta de crédito potencializaram esse aumento de renda familiar. Esse crescimento da renda maior na parcela mais pobre da população gerou uma queda na desigualdade de renda corrente nos anos 2000, entretanto, é preciso analisar essa redução na desigualdade de forma cuidadosa, levando em conta duas questões importantes para esta análise, já que podem funcionar como limites no que se refere a análise da desigualdade de forma mais ampla: a regressividade do sistema tributário brasileiro e o acesso a bens e serviços públicos no Brasil. Tais questões serão tratadas no próximo item.

2.2 A queda na desigualdade de renda e as questões da regressividade do sistema tributário e do acesso a bens e serviços públicos

O padrão de crescimento econômico apresentado no item anterior com redução do desemprego, valorização do salário mínimo e políticas de transferências de renda, contribuiu para a redução da desigualdade de renda corrente no Brasil na década passada.

Entretanto, vimos no primeiro capítulo que a desigualdade é um conceito bem amplo e por isso deve ser analisada além da desigualdade de renda corrente e considerar todos os elementos que influenciam no bem-estar e nas condições de vida da família.

Já foi mencionado também que uma análise multidimensional da desigualdade pode ser dividida em análise da desigualdade econômica e análise da desigualdade social. A desigualdade econômica pode ser dividida entre renda e patrimônio, sendo que a desigualdade de renda se subdivide em renda corrente (que é a renda total obtida pela família tanto no mercado quanto por

meio de transferências) e renda disponível (que é a renda total menos as despesas com impostos, isto é, a renda após a incidência tributária).

A queda na desigualdade de renda no Brasil na década passada mencionada neste capítulo e em diversos trabalhos é a queda na desigualdade de renda corrente, todavia, é conhecido o fato de que a estrutura tributária brasileira é regressiva, o que afeta a distribuição da renda disponível, e portanto faz-se necessário investigar mais de perto esta questão, o que será feito em seguida. Antes, porém, também é necessário notar a questão da desigualdade social, expressa no acesso a bens e serviços públicos em diversas esferas, pois isso afeta o bem-estar e as condições de vida das famílias.

A questão do acesso a bens e serviços públicos no Brasil.

A questão do acesso a bens e serviços públicos esta ligada a desigualdade em seu aspecto social porque, como vimos anteriormente, embora não aumentem a renda dos indivíduos, aumentam o nível de bem-estar da população, além de servir como uma forma de transferência indireta de recursos do governo para a população.

Diante da importância do acesso aos bens e serviços para o estudo da desigualdade social, foram elaborados alguns indicadores com base nos censos de 2000 e 2010 com o intuito de conhecer, pelo menos em algumas dimensões, a evolução do acesso aos serviços públicos no Brasil. Estes indicadores foram divididos em seis grandes áreas: mercado de trabalho e renda; condições de vida e consumo; educação; demografia; saúde-agravante da condição social; e discriminação. Estas grandes áreas abrangem os aspectos da desigualdade social no acesso a saneamento, educação, energia, habitação, previdência e trabalho. É importante enfatizar que poderiam ser utilizados muitos outros aspectos numa análise multidimensional, porém empregaremos aqui apenas os que foram possíveis elaborar com os dados do Censo. Os dados estão apresentados nas tabelas 2.1 e 2.2.

Além desses indicadores, com o objetivo de medir a distância entre os estratos de renda inferiores e o estrato superior, foi criado outro indicador que expressa a desigualdade na relação do resultado dos 20 % mais pobres sobre os 10% mais ricos em cada um dos indicadores acima.

Quando essa relação é igual a 1, há uma situação de plena igualdade, e quando igual a 0 uma situação de plena desigualdade. Mas, quando o valor de uma variável dos 20% mais pobres for superior ao dos 10% mais ricos, a relação será inversa: 0 representará a plena igualdade e 1 a desigualdade.

Ao observar os dados sobre mercado de trabalho e renda nos anos de 2000 e 2010, podemos perceber uma melhora nos indicadores: a taxa de desemprego caiu em todos os décimos de renda e a desigualdade deste indicador também caiu, a taxa de formalização também apresentou melhoras expressivas a partir do segundo décimo e apresentou queda na desigualdade. O que significa que a melhora no mercado de trabalho e na renda favoreceu mais a população dos estratos inferiores.

É interessante notar que há uma queda na desigualdade no indicador de incidência da previdência social. No que se refere à incidência de programas sociais também há uma grande queda da desigualdade e um grande crescimento da incidência destes programas nas famílias do primeiro estrato de renda (de 3% em 2000 para 65,24% em 2010). Esse aumento expressivo demonstra o impacto do Programa Bolsa Família que foi implantado em 2003 e se expandiu ao longo do governo Lula.

Os indicadores referentes às condições de vida e de consumo e à sua evolução em uma década chamam a atenção pelo fato de os indicadores que relacionados ao saneamento embora não apresentem uma distribuição muito desigual, sejam indicadores muito ruins, no sentido de que demonstram a defasagem de atendimento desse tipo de serviço. Por exemplo, a proporção de famílias com rede inapropriada de esgoto diminuiu na maioria dos estratos de renda, mas aumentou bastante no primeiro estrato (de 43,56% para 53,78%), o que contribuiu para que no total este indicador se mantivesse estável após uma década. Assim como no indicador de acesso à rede de esgoto apropriada, o indicador que mede a proporção de famílias sem água encanada apresenta índices mais altos entre os mais pobres e não sofre muitas mudanças no total ao final da década. Apenas o indicador da proporção de famílias sem coleta de lixo apropriada diminuiu em todos os décimos e no total.

No que se refere à energia elétrica, houve melhora na proporção de famílias sem acesso a energia elétrica em todos os níveis de renda, mas principalmente entre os mais pobres. Essa melhora pode ser explicada como resultado do Programa Luz Para Todos, lançado também no

primeiro mandato do Governo Lula ou pelo aumento de renda proporcionalmente maior nessa camada da população.

De forma geral observa-se também uma melhora nos indicadores de educação: há uma queda na taxa de analfabetismo em todos os décimos e ainda um pequeno aumento na taxa de escolarização, que é alta, demonstrando que o acesso à educação no país é grande. Entretanto, o indicador de defasagem escolar, que caiu nos décimos inferiores e aumentou nos superiores, embora tenha decrescido no total, ainda é alto (44,7%). Assim, embora o acesso à educação seja abrangente, há uma grande parte da população com defasagem escolar. A desigualdade no indicador de incidência do ensino médio cai consideravelmente, porém no indicador de incidência do ensino superior ela aumenta, pois este indicador cresce principalmente nos estratos mais ricos.

Assim observamos que, embora no que diz respeito ao trabalho e à renda a desigualdade tenha diminuído, no que se refere ao acesso a serviços públicos como saneamento e educação superior a desigualdade continua alta e até aumenta. Além de a desigualdade social ter aumentado em alguns aspectos, é preciso observar a desigualdade econômica, isto é, de renda após a imposição fiscal levando em consideração a conhecida regressividade do sistema tributário nacional.

Tabela 2.2- Indicadores multidimensionais de desigualdade segundo intervalos decílicos.

Brasil, 2000

MERCADO DE TRABALHO E RENDA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Taxa de desemprego	23,3	21,9	20,2	17	14,9	13,3	11,2	9,6	7,9	5	13,9
Taxa de formalização	11,9	25,5	34,4	41	45	50,3	54,4	57,3	59,7	64,7	46,8
Taxa de assalariamento	61,4	72,9	75,8	78	76,9	78,1	78	75,5	71,5	62,1	73,1
Incidência da previdência social	16,1	25,4	34,1	30,8	46,7	30,1	37,3	37,1	39,8	41	34,5
Incidência de programas sociais	3	2,8	2,2	2,2	1,5	2	2,2	1,8	1,7	1,3	2
Incidência da renda do trabalho	73,8	81,6	78	87,1	67,1	90,1	89,1	86,6	87,2	86,3	82,8
Participação da renda do trabalho na renda total	74,5	76,5	75,4	79,1	71,8	82,1	79,4	78,7	77,6	77,9	78
Razão entre a renda e a renda domiciliar per capita da população	7,8	16,8	25,1	34,4	45,1	57,2	76,7	108,6	177,1	568,1	100
CONDIÇÕES DE VIDA / CONSUMO											
Densidade de morador por dormitório	3,2	2,9	2,6	2,4	2,2	2,2	2	1,9	1,7	1,5	2,3
Densidade de morador por banheiro	11,7	7	5	4,5	3,3	3,5	3	2,5	2,1	1,3	3,3
Proporção de famílias sem banheiro exclusivo do domicílio	54,6	34,6	23,5	16,2	15,7	7,5	4,8	3,6	1,7	0,9	15,2
Proporção famílias com rede inapropriada de esgoto	43,6	45,7	42,1	38,8	35,1	29	24,6	19,6	13,7	7,9	29,1
Proporção famílias sem água encanada	21,5	12,4	8,3	6,1	6,1	3,2	2,3	1,8	1	0,6	5,9
Proporção famílias sem coleta lixo apropriada	56,8	39,7	29,8	23,4	21,9	13,3	10,3	7,5	4,5	2,8	19,8
EDUCAÇÃO											
Taxa analfabetismo	44,4	34,9	29,6	25,1	24,8	18	14,6	11,5	8,7	6,2	23,1
Taxa escolarização crianças 6 a 14 anos	88,1	91,1	93	94,4	95,4	96,2	97	97,7	98,3	98,9	93,5
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	59,4	54,8	50,4	46,5	43	40,4	38,3	35,9	33,7	31,5	47,3
Incidência do ensino médio completo	2,9	5,4	7,8	11	12,1	18,4	23,1	30,1	38,8	38,9	19,6
Incidência do Ensino Superior	2,3	1,8	1,7	1,7	1,8	2,2	3,1	5,5	12,7	36,7	7,4

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria

Tabela 2.3 - Indicadores multidimensionais de desigualdade segundo intervalos decílicos.

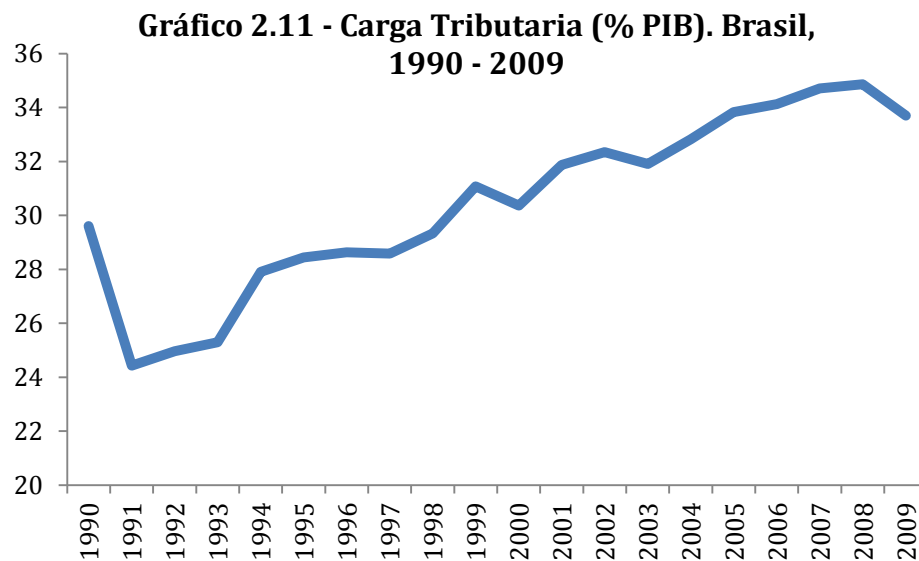
Brasil, 2010

MERCADO DE TRABALHO E RENDA	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Total
Taxa de desemprego	19,6	14	11,2	8,1	6,1	4,3	3,8	3,2	2,8	2	7,1
Taxa de formalização	17,6	41,5	50,8	57,9	62,7	65,7	70,4	72,9	75,7	80,3	61,8
Taxa de assalariamento	64,3	78,2	79,8	81,1	81,4	81,1	80,5	78,3	74,6	67,2	77
Incidência da previdência social	11,9	22,3	29,6	30,1	30,2	51,1	34,1	38,8	38,5	37,8	32,8
Incidência de programas sociais	65,2	42	22,6	16	9,8	3,8	3,2	1,7	1	0,5	16,5
Incidência da renda do trabalho	61,1	83,7	80	87,4	91,1	63,4	89,2	85	87,5	85,5	80,9
Participação da renda do trabalho na renda total	61,6	74,2	75,3	78,1	81,3	66,9	79,9	78	78,4	71,3	74,4
Razão entre a renda e a renda domiciliar per capita da população	9,7	22,6	33	44,1	57,1	68,1	87,5	117,8	179,9	583,4	100
CONDIÇÕES DE VIDA / CONSUMO											
Densidade de morador por dormitório	2,8	2,5	2,2	2,1	2	1,7	1,7	1,6	1,5	1,3	2
Densidade de morador por banheiro	6	4,3	3,4	3,3	3	2,2	2,3	2	1,7	1,1	2,6
Proporção famílias sem parede apropriada	11	4,7	3,2	2,1	1,5	2,2	0,8	0,7	0,4	0,3	2,7
Proporção de famílias sem banheiro exclusivo do domicílio	26,5	10,9	6,8	4,2	2,5	4,8	1,3	1,1	0,5	0,2	5,9
Proporção famílias com rede inapropriada de esgoto	53,8	46,2	39,3	34,8	29,1	31,6	22,8	19,6	14,2	8,2	30
Proporção famílias sem água encanada	22,1	9,6	6,3	4,4	2,8	4,5	1,6	1,4	0,7	0,4	5,4
Proporção famílias sem coleta lixo apropriada	39,1	20,8	15,1	11,6	8,1	11,8	5,4	4,6	2,6	1,5	12,1
Proporção famílias sem acesso à energia elétrica	4,9	1,7	1,2	0,7	0,5	1	0,3	0,2	0,1	0	1,1
EDUCAÇÃO											
Taxa analfabetismo	19,4	13,3	11,9	9,8	7,2	13,1	4,8	3,7	1,9	1	9,6
Taxa escolarização crianças 6 a 14 anos	95,9	96,7	97	97,3	97,6	97,6	98	98,2	98,4	98,4	97
Defasagem escolar (6 a 14 anos)	51,4	46,9	44,5	42,5	40,9	40,1	39,1	38,1	37,5	35,6	44,7
Incidência do ensino médio completo	11	17,9	22,1	26,6	31,3	26,3	36,7	39,3	40,8	31,4	28,2
Incidência do Ensino Superior	0,5	1	1,7	2,5	4,1	3,8	8	13,4	25,8	52,7	11,2

Fonte: IBGE - Censo Demográfico. Elaboração própria

A questão da regressividade do sistema tributário nacional

A regressividade do sistema tributário nacional é conhecida e já é uma marca da estrutura tributária brasileira desde o início da república (OLIVEIRA 2009). Apesar das reformas tributárias de 1966 e 1988, a estrutura tributária não avançou em relação à progressividade. Desde o início da década de 1990 a carga tributária vem crescendo de maneira acentuada.



Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais. Elaboração própria.

Este aumento da carga tributária foi fundado, sobretudo, na ampliação da participação dos tributos indiretos na arrecadação, o que aumentou a regressividade do sistema tributário nacional. A despeito deste aumento VIANNA *et al* afirma que:

“Além disso, a predominância da tributação indireta no sistema tributário acarreta impactos negativos no terreno da equidade. O fato de vários estados não utilizarem critérios de seletividade na cobrança do principal tributo indireto (o ICMS) do país isentando ou concedendo regimes especiais de incidência a produtos como alimentos e medicamentos, por exemplo, faz que a tributação indireta seja extremamente regressiva em relação à renda pessoal. Esse fato, em adição ao baixo grau de progressividade do principal imposto direto (o Imposto de Renda, quando comparado com outros países com nível de renda *per capita* semelhante ao do Brasil) e à elevada elisão fiscal do mesmo IR, como será exposto adiante, dá margem à suposição de que o

sistema tributário brasileiro é um fator não desprezível se não para explicar a péssima distribuição de renda no país, ao menos para manter essa situação.” (VIANNA *et al*, 2000 p.16)

Não há dúvidas de que a composição da carga tributária brasileira, fundada principalmente em impostos indiretos, está longe de ser um sistema tributário ideal orientado pelos princípios da equidade, competitividade e neutralidade, mas é preciso aprofundar esta análise para compreender, de fato, o quanto a estrutura tributária contribui para a ampliação da desigualdade de renda em nosso país.

Ribeiro (2010) afirma que o diagnóstico sobre a progressividade ou regressividade da carga tributária bruta deve ir além de se constatar a participação dos tributos diretos e indiretos no total das receitas arrecadadas. Diante disso, é preciso buscar evidências mais profundas de que o sistema tributário brasileiro é regressivo, como estudos que se valem dos dados das Pesquisas de Orçamento Familiar (POFs), do IBGE, que mensuraram os gastos com os principais tributos diretos e indiretos em famílias dos mais diversos níveis de renda, para prover uma avaliação mais apurada quanto ao grau de regressividade do sistema tributário nacional.

Um dos trabalhos de profunda análise sobre a regressividade de nosso sistema tributário foi realizado por Vianna *et al* (2000) utilizando os dados da POF 1995/1996 e verificou que a carga tributária direta suportada pelas famílias mais ricas (com renda superior a 30 salários mínimos) é seis vezes mais elevada do que a suportada pelas famílias mais pobres (até dois salários mínimos), porém as famílias ricas apresentam recebimento médio mensal familiar *per capita* 37 vezes maior do que as famílias mais pobres. Dessa forma, “a evidência encontrada sugere que o grau de progressividade da tributação direta é insuficiente para compensar o alto grau de desigualdade de renda da sociedade brasileira”. (VIANNA *et al*, 2000, p. 49)

Outro importante resultado desta pesquisa é a comprovação da expressiva regressividade dos tributos indiretos que oneram as famílias do menor nível de renda em 27% de sua renda, enquanto as famílias do nível mais alto gastam apenas 7% de sua renda com estes tributos. A pesquisa também revelou que, levando em conta todos os

tributos pagos pelas famílias (diretos e indiretos), as mais pobres gastam 28% de sua renda enquanto que as mais ricas gastam 18% de sua renda e concluiu:

“A evidência obtida sugere que o atual sistema tributário nacional apresenta em seu conjunto um caráter regressivo, e esse pode ser um fator que contribui para a manutenção dos níveis de desigualdade de renda e pobreza observados no país. Sugere também, por outro lado, que modificações na atual estrutura tributária, que revejam o atual grau de regressividade do sistema, podem contribuir para a melhoria da desigualdade social e das condições de vida da população pobre. A atual tributação que incide sobre as famílias pobres e de baixa renda contrasta fortemente com as amplas renúncias fiscais decorrentes do quadro de guerra fiscal observado no país.” (VIANNA *et al*, 2000, p. 51)

A regressividade do sistema tributário não foi modificada após a realização deste estudo, ela foi mantida e a elevação da carga tributária verificada anteriormente foi muito mais onerosa para os mais pobres do que para os mais ricos. Segundo Ribeiro (2010:17), entre 1996 e 2003, a carga tributária total aumentou em 20,6% para as famílias mais pobres e apenas 8,4% para as famílias mais ricas. Em 2003, o total da carga tributária representava quase 50% da renda das famílias mais pobres, ao passo que representava 26,3% da renda das mais ricas. Também vale notar que a tributação direta diminuiu sua participação na renda das famílias mais ricas de 10,6% em 1996 para 9,9% em 2003, embora tenha aumentado para as famílias das demais faixas de renda, demonstrando a falta de avanços na progressividade do sistema tributário.

Em 2008, foi apresentada a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 223/2008 elaborada pelo Ministério da Fazenda para realização de mudanças no sistema tributário nacional. As alterações previstas nesta PEC visavam, em última instância, a simplificação da estrutura fiscal brasileira. Mesmo diante da regressividade presente na estrutura tributária do nosso país a PEC 223/2008 se caracterizava como afirma Fagnani (2008, p. 1), pela “ausência de objetivos voltados para a justiça fiscal, na medida em que a proposta não sinaliza a construção de um sistema tributário menos regressivo, pautado pela tributação da renda e do patrimônio”.

Assim, a conhecida regressividade do sistema tributário brasileiro não apresenta, num horizonte próximo, possibilidades de mudanças e representa um fator que atua

contra as tentativas de redução da desigualdade, pois conforme apresentado no capítulo anterior, a desigualdade de renda pode ser expressa pela renda corrente ou pela renda disponível após o pagamento de impostos. Se o pagamento de impostos é proporcionalmente maior entre a parcela da população que tem menor renda, então a renda disponível dos mais pobres será ainda menor e a desigualdade será maior.

A estrutura tributária pode ser um instrumento importante de distribuição de renda se for progressiva e onerar proporcionalmente mais as famílias com maior renda. E este instrumento é utilizado em países desenvolvidos na redução da desigualdade de renda, como pode ser observado nas tabelas a seguir.

Tabela 2.4: Coeficiente de Gini (antes de taxas e transferências).⁴						
Países	Meados dos anos 70	Meados dos anos 80	Em torno de 1990	Meados dos anos 90	Em torno de 2000	Meados dos anos 2000
Alemanha	-	0,44	0,42	0,46	0,48	0,51
Canadá	0,38	0,39	-	0,42	0,42	0,44
Estados Unidos	0,37	0,4	0,42	0,45	0,45	0,46
França	-	0,52	0,51	0,48	0,5	0,48
Itália	-	0,42	0,44	0,51	0,52	0,56
Japão	-	0,35	-	0,4	0,43	0,44
Reino Unido	0,36	0,44	0,46	0,48	0,48	0,46
Suécia	0,39	0,4	0,41	0,44	0,45	0,43

Fonte: OCDE (www.oecd.org)

Tabela 2.4: Coeficiente de Gini (depois de taxas e transferências).						
Países	Meados dos anos 70	Meados dos anos 80	Em torno de 1990	Meados dos anos 90	Em torno de 2000	Meados dos anos 2000
Alemanha	-	0,26	0,26	0,27	0,27	0,3
Canadá	0,29	0,29	-	0,28	0,3	0,32
Estados Unidos	0,32	0,34	0,35	0,36	0,36	0,38
França	-	0,31	0,3	0,28	0,28	0,28
Itália	-	0,31	0,3	0,35	0,34	0,35
Japão	-	0,3	-	0,32	0,34	0,32
Reino Unido	0,28	0,33	0,37	0,35	0,37	0,34
Suécia	0,21	0,2	0,21	0,21	0,24	0,23

Fonte: OCDE (www.oecd.org)

⁴ Dados indisponíveis para o Brasil

É importante observar como a atuação do Estado por meio de uma tributação progressiva e via transferências pode reduzir a desigualdade de renda. Países como Alemanha e Itália, por meio da atuação do Estado recolhendo taxas e redistribuindo renda passam de um índice de 0,51 e 0,56 para 0,3 e 0,35, respectivamente. Esses exemplos nos mostram que a atuação do Estado é fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária e que a arrecadação proveniente de uma estrutura tributária mais progressiva somada às transferências feitas pelo governo por meio de gastos sociais tem efeitos extremamente positivos sobre a distribuição de renda.

Diante da importância da tributação na distribuição de renda e da conhecida regressividade do sistema tributário brasileiro, faz-se necessário analisar a queda da desigualdade recente além da renda corrente. É necessário estudar qual foi a evolução da renda disponível, isto é, a evolução da distribuição de renda depois da incidência de impostos. Essa análise nos permitirá observar se a tributação foi utilizada como um mecanismo de distribuição de renda.

Conclusão

O contexto internacional favorável permitiu que o país voltasse a crescer e deu ao governo uma margem de manobra para a adoção de políticas mais progressivas que geraram crescimento econômico e aumento da renda. Este aumento na renda foi mais acentuado nas camadas mais pobres da população, de forma a contribuir para a queda na desigualdade de renda familiar corrente. Foram apresentados neste capítulo três fatores que contribuíram para o crescimento e para o aumento na renda das famílias dos estratos inferiores: o aumento do emprego, a política de valorização do salário mínimo e o programa de transferência de renda Bolsa Família. Além desses fatores, a baixa inflação, o aumento do crédito e o efeito China potencializaram o aumento da renda e do poder de compra da população.

Com o aumento da renda nos estratos inferiores, houve uma redução na desigualdade de renda das famílias, entretanto, na segunda sessão deste capítulo procuramos problematizar esta questão observando que, já que a desigualdade vai além da renda corrente e pode se manifestar na dificuldade de acesso a bens e serviços

públicos, é preciso analisar esta questão. Vimos que, no que respeita ao acesso a bens e serviços públicos, ainda há muito que melhorar no acesso a educação, saneamento e habitação, por exemplo.

Além do aspecto social da desigualdade, ainda no campo da desigualdade econômica, é preciso observar a desigualdade de renda disponível, isto é, depois da incidência dos impostos, principalmente porque diversos estudos apontam para o fato de que a estrutura tributária brasileira é regressiva. Sendo assim, a tributação pode ter contribuído para que a queda observada na desigualdade de renda disponível na década de 2000, não tenha ocorrido nas mesmas proporções que a queda na desigualdade de renda corrente, ou até mesmo que a desigualdade de renda disponível tenha aumentado nesse período. Para saber o que ocorreu com a desigualdade de renda disponível nos anos 2000 é preciso investigar, o que será feito no próximo capítulo desse trabalho.

Capítulo 3 – A evolução da renda disponível no Brasil entre 2003 e 2009.

Introdução

No primeiro capítulo deste trabalho procuramos apresentar os conceitos de desigualdade e de renda, destacando que a desigualdade se expressa em diversas dimensões, sendo que uma delas é a renda, que pode ser monetária ou não monetária.

O capítulo anterior apresentou o crescimento da renda no Brasil na década passada, a queda na desigualdade de renda corrente e os fatores que contribuíram para essa redução da desigualdade. Todavia observamos também no primeiro capítulo que a intervenção governamental via tributação afeta a renda disponível para o consumo das famílias e no Capítulo 2 verificamos que diversos estudos apontam para a regressividade da estrutura tributária brasileira, de maneira que o presente capítulo terá por objetivo analisar a evolução da desigualdade de renda depois do pagamento de impostos.

Este capítulo está dividido em três sessões além desta introdução. Na primeira sessão apresentaremos resultados e conclusões de estudos recentes que investigam a desigualdade de renda disponível e os impactos da tributação na distribuição de renda para os anos de 2003 e 2009.

A segunda parte do capítulo apresentará a trajetória metodológica percorrida para composição dos dados e para chegar aos resultados obtidos no presente trabalho, bem como as limitações e restrições desses resultados diante das dificuldades na elaboração.

Na terceira sessão, serão apresentados os resultados e a análise dos dados, visando apresentar também uma visão geral das condições das famílias brasileiras, bem como sua distribuição nas regiões do país e sua estrutura de gastos. Por fim, apresentaremos as principais conclusões, procurando comparar com as conclusões de estudos anteriores.

3.1 Estudos Anteriores

Alguns trabalhos sobre a temática do impacto distributivo da estrutura tributária que se valem das POFs de 2002-2003 e de 2008-2009 foram utilizados como base para a elaboração desta pesquisa: Silveira (2008) e Dedecca (2010b) que utilizam como base a POF 2002-2003 e IPEA (2011) e Siqueira, Nogueira e Souza (2012) que trazem a análise

de dados também da POF 2008-2009. É importante ter claro que a metodologia de cada um desses trabalhos tem diferenças entre si, mas procuraremos agora sistematizar algumas conclusões de cada um desses estudos.

Silveira (2008), além de avaliar o impacto da tributação indireta sobre a distribuição de renda, avalia também os impactos distributivos da tributação direta (IR, contribuições previdenciárias, outras deduções e impostos sobre o patrimônio como IPTU e IPVA), da previdência e da assistência social. O autor conclui que a progressividade da tributação direta no Brasil é baixa em relação a países desenvolvidos. No que diz respeito aos impactos da tributação indireta, os dados apresentados por Silveira demonstram regressividade que, não compensada pela progressividade dos impostos diretos, torna a estrutura tributária brasileira regressiva, conforme se observa na Tabela 3.1.

Tabela 3.1

Brasil: Participação dos Tributos Diretos e Indiretos na Renda e no Gasto – 2002-2003⁽¹⁾

Décimos de renda disponível	% Indireta ⁽²⁾				% Direta		% Total Tributos			
	Renda total	Renda monetária	Gasto total	Gasto monetário	Renda total	Renda monetária	Renda total	Renda monetária	Mix gasto (indireta) e renda (direta)	
									Total	Monetário
1º	29	54	16	21	3	5	32	59	18	26
2º	24	36	16	20	3	5	28	41	19	25
3º	21	30	16	20	3	5	24	35	19	25
4º	19	26	16	20	4	5	23	31	20	25
5º	18	23	16	20	5	6	23	29	20	26
6º	18	22	16	20	5	6	23	28	21	26
7º	16	20	16	19	6	7	22	27	22	26
8º	16	19	16	19	7	8	23	27	23	27
9º	15	17	15	18	8	9	22	26	23	27
10º	11	12	13	15	10	11	21	23	24	26
Total	14	17	15	18	8	9	22	26	23	27

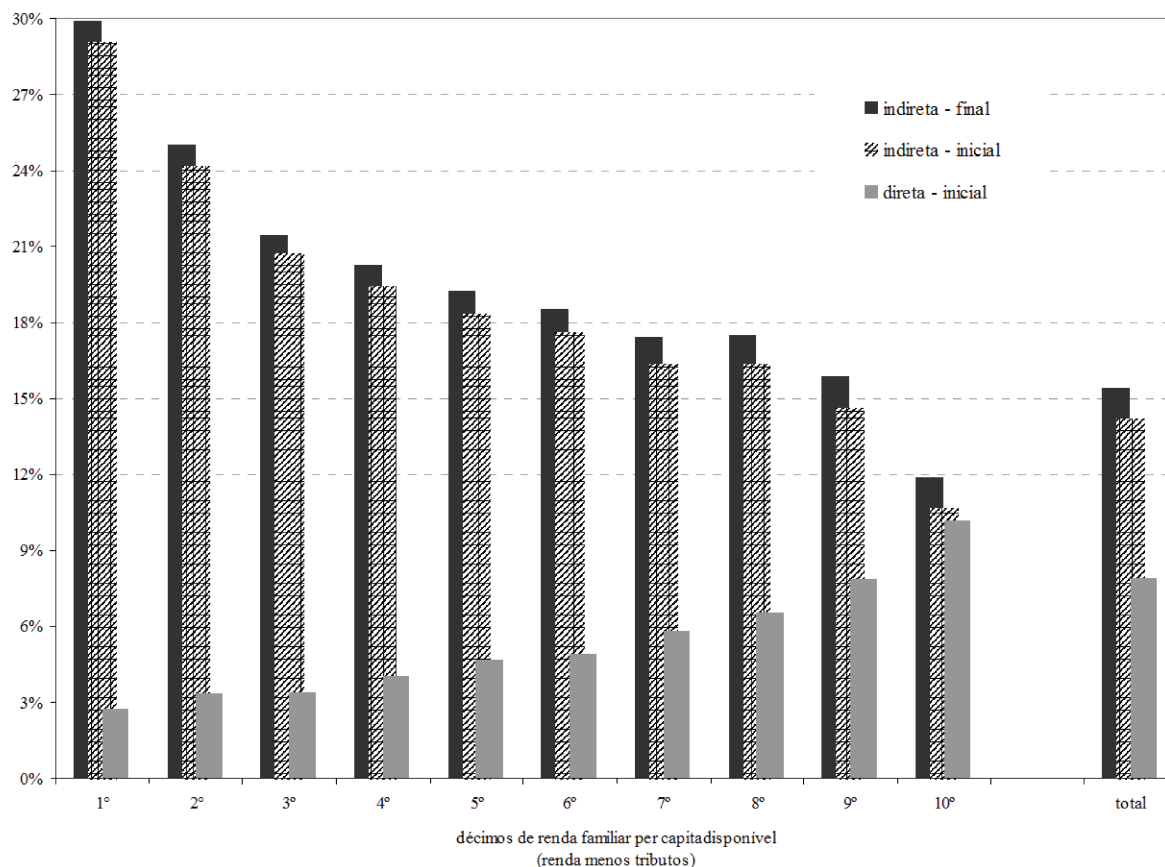
Fonte: Silveira (2008, p.102)

Os dados apresentados por Silveira (2008) demonstram a magnitude da regressividade da tributação indireta que onera 29% da renda do primeiro décimo de renda da população e apenas 11% do décimo superior.

No que concerne à tributação direta, o autor afirma que a progressividade é semelhante à dos países centrais, entretanto a participação da tributação direta na renda no Brasil é bem menor do que a participação desse tipo de imposto nos países centrais, de maneira que o impacto distributivo da progressividade da tributação direta é menos eficaz em nosso país. Silveira (2008) ainda destaca que, pelo fato de a estrutura tributária brasileira ser muito baseada na tributação indireta, o financiamento das políticas públicas fica a cargo desses tributos indiretos que são regressivos, de maneira que mesmo que as políticas públicas ou o gasto social seja progressivo, seu financiamento é regressivo.

A regressividade da tributação indireta e a progressividade da tributação direta são apresentadas também no Gráfico 3.1, no qual o resultado final da tributação é a regressividade da carga tributária total, dado que nos 10% mais pobres ela atinge ao redor de 32%, caindo continuamente até representar, nos 10% mais ricos, 22%.

Gráfico 3.1- Carga Tributária sobre Renda Total - Brasil - 2003



Fonte: Silveira (2008, p.103)

Para demonstrar os efeitos das transferências de renda, dos impostos diretos e dos impostos indiretos na distribuição de renda, Silveira (2008) apresenta a medida do índice de Gini após a incidência de cada um na renda. Primeiro, considerando a renda apenas de rendimentos privados, o índice de Gini era de 0,651. Quando se acrescentam as transferências públicas, o índice passa para 0,624. Após a incidência dos impostos diretos a desigualdade medida pelo índice de Gini cai para 0,615. Porém quando se calcula a desigualdade da renda após o pagamento dos impostos indiretos, o índice retorna ao patamar 0,655. Dessa forma, o autor conclui que os ganhos distributivos decorrentes das transferências monetárias governamentais e da tributação direta são corroídos pelos tributos indiretos.

Dedecca (2010b) analisa além dos impactos distributivos da tributação direta (IR, contribuições previdenciárias e outras deduções), indireta e das transferências monetárias do governo, as transferências não monetárias como saúde e educação. O autor também chega às conclusões de regressividade da tributação indireta e baixa progressividade da tributação direta e apresenta a importância das transferências não monetárias do Estado como saúde e educação para a redução das desigualdades.

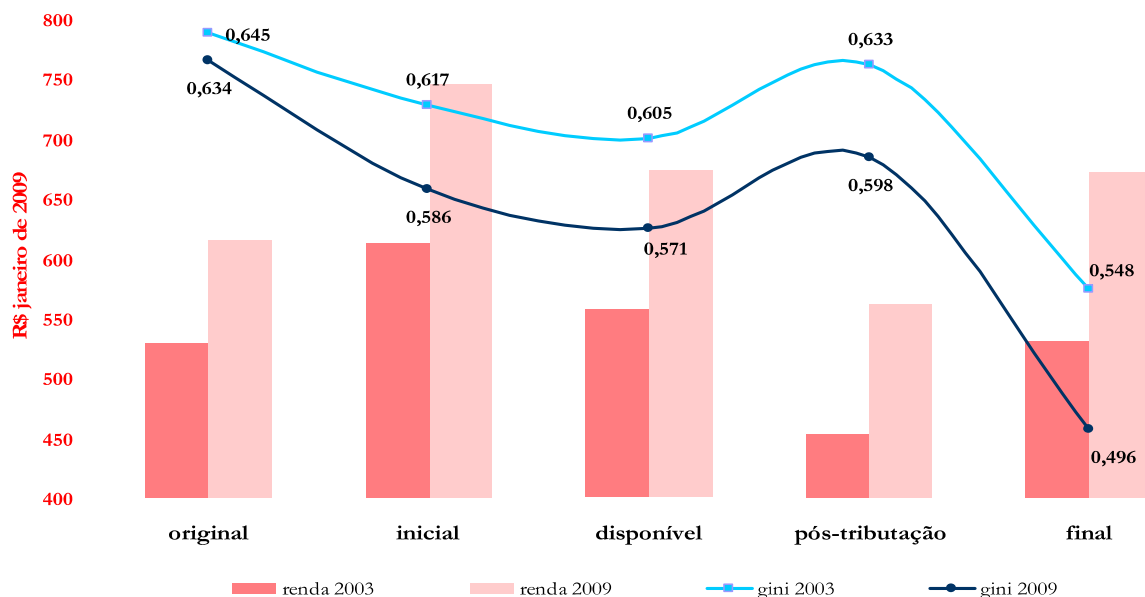
Para avaliar o impacto das transferências e dos impostos na desigualdade de renda, o autor também apresenta a medida do índice de Gini para renda privada, da renda depois do pagamento dos impostos, após as transferências monetárias e, finalmente, após as transferências totais. Os resultados obtidos indicam que a desigualdade de renda depois das imposições da tributação indireta, apresentam uma queda extremamente tênue e que somente com a inclusão das transferências públicas é que se observa uma queda mais expressiva dos índices de desigualdade, de 0,598 para 0,581 com as transferências monetárias e para 0,523 com a inclusão das transferências não monetárias.

O comunicado 92 do IPEA (2011), também analisa os impactos distributivos da tributação e do gasto social (inclusive das transferências públicas não monetárias) utilizando as POFs de 2002-2003 e 2008-2009. Para isso analisa a renda antes dos benefícios recebidos, após a incidência dos impostos diretos, após a incidência dos

impostos indiretos e finalmente após somar o valor monetário dos benefícios recebidos em espécie. O relatório apresenta a conclusão de que apesar da progressividade da tributação direta, a grande regressividade da tributação indireta faz com que a estrutura tributária brasileira seja regressiva. Todavia, o relatório apresenta que essa regressividade foi compensada pelo gasto social que é progressivo, contribuindo para uma melhor distribuição de renda.

O relatório analisa a desigualdade em diferentes estágios de renda: na renda original, que considera todos os rendimentos exceto os benefícios recebidos pelas famílias; na renda inicial, que considera a renda original somada aos benefícios; na renda disponível, que corresponde a renda inicial deduzido o pagamento de impostos diretos, na renda pós-tributação, que deduz da renda disponível o pagamento dos impostos indiretos e finalmente na renda final, ao se somar o valor monetário dos benefícios em espécie – saúde e educação públicas. O Gráfico 3.2 apresenta o índice de Gini em cada uma dessas etapas da renda.

Gráfico 3.2 – Comportamento do índice de Gini e das rendas monetárias original, inicial, disponível e final – Brasil, 2003-2003 e 2008-2009.

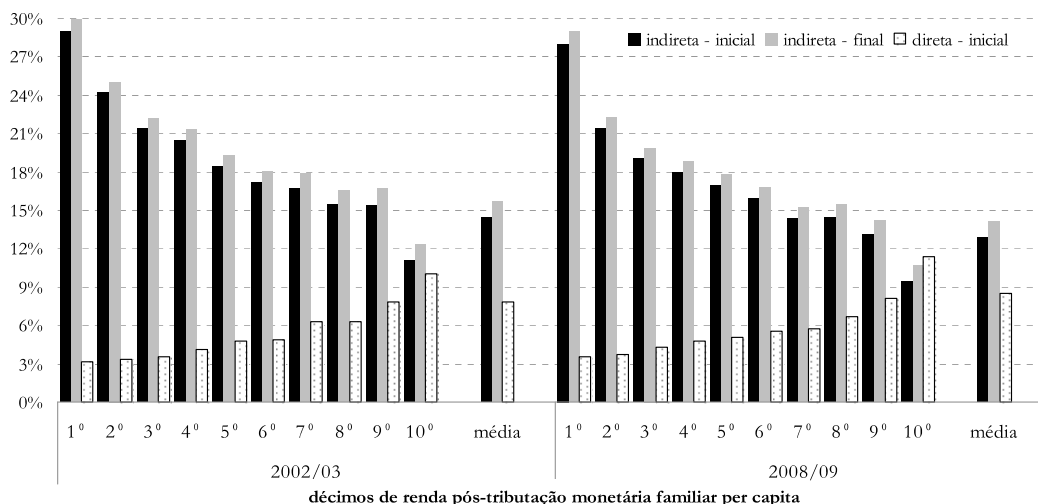


Fonte: IPEA (2012, p.4)

É possível notar neste gráfico os efeitos regressivos da incidência tributária total devido ao predomínio dos tributos indiretos sobre a base de arrecadação, o índice de Gini passa de 0,605 para 0,633 em 2003 e de 0,571 para 0,598 quando se incluem além dos impostos diretos, o pagamento dos impostos indiretos. Todavia, observa-se também um efeito progressivo das transferências públicas não monetárias e um aprofundamento desses efeitos entre 2003 e 2009. Esse aprofundamento se expressa numa queda da desigualdade da renda final 9,6% menor em 2009 do que em 2003, o que significa quase duplicar a queda na desigualdade alcançada com as políticas previdenciária e assistencial, já que a renda inicial (que considera as transferências monetárias) caiu em torno de 5% no período.

Segundo o comunicado do IPEA (2012), os avanços na distribuição de renda registrados em 2009 devem-se às políticas sociais (expressas nas transferências em espécie) e não a mudanças na estrutura tributária. Isso porque, como já foi apresentado e fica claro no Gráfico 3.3, mantém-se a regressividade da estrutura tributária por conta do peso dos impostos indiretos, que são regressivos, na renda.

Gráfico 3.3 – Carga tributária sobre renda total – Brasil, 2003-2003 e 2008-2009.



Fonte: IPEA(2012, p.6)

Mantido o peso dos impostos indiretos, o perfil distributivo da tributação pouco se

altera. A regressividade da estrutura tributária fica ainda mais evidente quando comparamos a razão entre as rendas dos mais ricos e a dos mais pobres com a razão entre os tributos indiretos pagos por ricos e pobres. Segundo os dados do IPEA (2012):

...enquanto a razão 20+/40- para a renda total é de 5,6 vezes, no caso dos tributos indiretos essa relação é de cerca de 3 vezes. A Situação é ainda mais aguda quando se cotejam as razões entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, sendo de 29 vezes, para a renda total, e de tão somente 10 vezes, no caso dos tributos indiretos. Nesse particular, assistiu-se a mudanças bastante expressivas entre 2003 e 2009, pois, em 2003, a parcela da renda apropriada pelos 20% mais ricos era 6,4 vezes a que cabia aos 40% mais pobres. Essa razão no caso dos 10+/10- atingia 33,1 vezes. A alteração na distribuição da renda implica a diminuição das razões entre a parcela dos tributos recolhidos pelos mais ricos e aquela que recai sobre os mais pobres. (IPEA 2012, p.6)

Diferente das conclusões do IPEA, de Silveira (2008) e de Dedecca (2010b), Siqueira, Nogueira e Souza (2012) apresentam uma conclusão de que o sistema tributário brasileiro é aproximadamente neutro do ponto de vista distributivo. Os autores utilizam em sua pesquisa os dados da POF 2008-2009, entretanto, existe uma diferença metodológica importante em relação aos demais trabalhos que é a utilização dos dados de despesas das famílias para a correção de problemas de sub-declaração de renda. Silveira (2008) afirma que ajustar a renda das famílias mais pobres para evitar problemas de sub-declaração não seria viável pelo fato de ficar faltando uma medida de ajuste para a sub-declaração de famílias dos estratos superiores de renda. Entretanto, os autores acreditam que as famílias dos estratos médios e superiores de renda não teriam motivos para não declarar sua renda real. Outra diferença metodológica importante nesse estudo é que as alíquotas tributárias que incidem sobre bens e serviços consumidos pelas famílias foram estimadas com base na Matriz Insumo Produto de 2005.

É Possível observar na Tabela 3.2, que a participação dos impostos indiretos na renda é bem mais homogênea entre os diferentes estratos do que a apresentada nos trabalhos mencionados anteriormente, isso ocorre porque a renda familiar per capita dos primeiros décimos foi ajustada pelos valores das despesas visando corrigir problemas de sub-declaração.

Tabela 3.2 – Participação dos Tributos Indiretos e Diretos na Renda POF 2008-2009 Ajustada (1)

Décimos de renda familiar per capita	Tributos Indiretos (%)	Tributos Diretos (2) (%)	Tributos Diretos e Indiretos (%)
1	15,4	0,3	15,7
2	14,7	1,1	15,8
3	14,5	1,8	16,3
4	14,4	2,1	16,5
5	13,7	2,7	16,4
6	13,6	2,1	15,7
7	13,3	3,2	16,5
8	13,1	3,6	16,7
9	12,7	4,1	16,8
10	10,9	9,4	20,3

Fonte: SIQUEIRA, NOGUEIRA E SOUZA (2012, p.13)

(1) Trata-se da renda total ajustada para corrigir problemas de sub-declaração.

(2) Valores médios por décimo de renda simulados na PNAD e imputados na POF.

Apesar das conclusões de Siqueira, Nogueira e Souza (2012), que diverge dos trabalhos anteriores no que diz respeito à regressividade do sistema tributário brasileiro, podemos considerar que estas diferenças se apresentam por conta das diferentes trajetórias metodológicas percorridas. Apresentaremos a seguir a trajetória metodológica utilizada no presente trabalho que assemelha-se mais aos trabalhos de Silveira (2008), Dedecca (2010b) e IPEA (2011).

3.2 Trajetória Metodológica

Este trabalho terá como principal base de dados as Pesquisas de Orçamento Familiar (POF) de 2002-2003 e de 2008-2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A POF 2002-2003 foi realizada pelo IBGE tendo pela primeira vez abrangência geográfica nacional, incluindo as áreas urbana e rural. A POF 2008-2009 também teve abrangência nacional e incluiu áreas urbanas e rurais. Tanto a POF 2002-2003 quanto a POF 2008-2009 apresentam diferenças importantes em relação às anteriores, pois além de incluírem no âmbito das pesquisas a área rural, também investigaram as aquisições não monetárias e as opiniões das famílias sobre a qualidade de vida.

As POFs são realizadas ao longo de 12 meses com o objetivo de incorporar as alterações nos orçamentos familiares que ocorrem ao longo do ano, as despesas, as quantidades de bens adquiridos e os rendimentos. A POF 2002-2003 foi realizada no período compreendido entre julho de 2002 e junho de 2003. Como durante o período de coleta dos dados ocorrem mudanças absolutas e relativas nos preços, os valores levantados na pesquisa devem ser valorados a preços de uma determinada data. No caso da POF 2002-2003, a data referencial fixada para apresentação dos resultados foi 15 de janeiro de 2003. A amostra da POF de 2002-2003 incluiu 48.470 domicílios (48.568 famílias ou “unidades de consumo”).

A POF 2008-2009 teve início no dia 19 de maio de 2008 e término no dia 18 de maio de 2009. A data de referência fixada para a valoração dos resultados da POF 2008-2009 foi 15 de janeiro de 2009. A amostra inclui 55.970 domicílios (56.091 famílias ou “unidades de consumo”).

A investigação detalhada do orçamento das famílias realizada na POF, implicando numa mensuração apurada dos rendimentos, permite analisar as transferências monetárias e benefícios relacionados às políticas públicas no orçamento familiar. A pesquisa permite a identificação de benefícios governamentais de caráter previdenciário e assistencial concedidos pelo Regime Geral da Previdência Social como aposentadorias, pensões, auxílios, salário maternidade e outros e transferências monetárias governamentais relacionadas à assistência social e à proteção do trabalhador como programas de transferência de renda e seguro-desemprego, dentre outros.

Além das transferências e benefícios recebidos pelas famílias, a POF permite identificar as deduções incidentes tanto sobre o trabalho (principal e secundário) quanto sobre outros rendimentos (aposentadorias, pensões, programas de transferência de renda, auxílios, bolsa de estudo, aluguéis), e sobre receitas e empréstimos (13º salário, abono de férias, saque de PIS/Pasep e FGTS, indenização trabalhista, vendas, lucros, empréstimos, herança, dividendos etc). Tais deduções são agrupadas em contribuições previdenciárias, imposto de renda (IR) e outras deduções.

Tributos incidentes sobre o patrimônio também são identificados pela POF, como o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). Na POF o IPVA foi somado a outros encargos incidentes sobre os veículos, como despesas com licenciamento, emplacamento, multas, transferências de veículos, perícia e carteira de habilitação na rubrica “impostos sobre veículos”. Entretanto, esses tributos não serão considerados nesse trabalho, pois o objetivo principal é observar a incidência dos tributos sobre o consumo corrente. Vale destacar também que o ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza) não foi avaliado na tributação, apesar de ser um Imposto Indireto, pela dificuldade de estimação dado que esse é um imposto de competência municipal e que tem diferentes alíquotas em cada município.

A POF não apenas apresenta a incidência de tributos diretos sobre o orçamento das famílias, mas também permite estimar a incidência da tributação indireta, já que esta tem sua base de incidência basicamente no consumo. Os tributos indiretos que serão pesquisados serão o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para calcular a incidência desses impostos e contribuições serão utilizadas as alíquotas e regras conforme a Tabela 3.1. Devido ao fato de o ICMS ser um imposto de competência estadual e ter diferentes formas de normatizações em cada um deles, serão utilizadas as alíquotas e regras do Estado de São Paulo, conforme Silveira (2008).

Tabela 3.3

Alíquotas Médias (%) de ICMS, IPI e PIS/Cofins, segundo Grupos de Despesas

Brasil			
	ICMS	IPI	PIS/Cofins
Alimentação	6,91	0,00	2,17
Bebidas não alcoólicas	15,10	13,08	6,82
Bebidas alcoólicas	24,93	39,85	9,22
Alimentação fora	17,88	3,38	9,17
Habitação	14,52	5,72	8,56
Vestuário	16,47	3,70	9,16
Transporte	8,99	1,37	6,92
Aquisição veículos	19,27	24,00	8,96
Higiene e cuidados pessoais	12,45	13,03	5,28
Saúde	12,60	0,23	6,60

Educação	11,91	5,05	6,12
Recreação e cultura	15,99	6,64	8,87
Fumo	24,35	193,11	9,21
Despesas diversas	10,79	1,70	4,91
Aumento do ativo	13,46	6,17	6,92

Fontes: Silveira (2008, p.27). Dados baseados na RICMS-SP e Tabela de Incidência do IPI (Tipi).

As alíquotas médias utilizadas para estimar o pagamento de impostos indiretos apresentadas na Tabela 3.4 referem-se as consistidas por SILVEIRA (2008:23), que tem como referência o ano de 2007 e os valores exercidos pelo Estado de São Paulo. Elas foram utilizadas para estimar a incidência dos impostos indiretos sobre a renda corrente das famílias, informadas na POF 2002-2003 e na POF 2008-2009.

Não foram, portanto, consideradas as possíveis alterações de alíquotas ocorridas no período compreendido entre os dois levantamentos. O fato de não terem sido consideradas possíveis mudanças nas alíquotas no período decorre das dificuldades em construir um quadro consistente dos valores adotados por cada estado para cada uma das classes de bens e serviços, tarefa que exigiria o desenvolvimento de um estudo específico de natureza tributária.

Devido à complexidade do sistema tributário brasileiro, com diversos impostos, taxas e contribuições, também foi necessário optar pelos tributos que podem ser estimados com os dados das POFs e que contribuem para alcançar o objetivo deste trabalho de avaliar a desigualdade de renda após a imposição fiscal sobre o consumo corrente.

Além da limitação imposta pela complexidade do sistema tributário brasileiro, outra limitação deste trabalho encontra-se nos dados de renda disponíveis na POF, que não apresenta todas as formas de renda e, por ser uma pesquisa domiciliar, pode ocorrer também subdeclaração de renda.

No que diz respeito à estimação dos impostos indiretos, é importante ressaltar que foram utilizados apenas grupos de despesa de consumo corrente e por isso foram excluídas as despesas com aquisição de veículos, aquisição de imóveis e reformas, que

são gastos mais altos e que não ocorrem de forma recorrente ou regular. Essas despesas foram excluídas da análise porque em diversos casos o valor da despesa declarado era o valor total do imóvel ou do veículo e não o valor gasto no período com um financiamento, por exemplo, o que distorcia os resultados. A estimação dos valores pagos em impostos indiretos foi feita segundo as rubricas de consumo (despesa) de cada família, a fim de observar se o crescimento econômico do período tiveram efeitos sobre o grau de regressividade desse tipo de imposto e seus efeitos na renda disponível das famílias.

A decomposição da renda para se chegar à renda disponível, conforme as orientações do relatório do Grupo Cambera, toma como base a renda de mercado (que é a renda obtida pelas famílias no mercado), a qual é agregada a renda monetária e não monetária proveniente do patrimônio e das transferências públicas, chegando a medida da renda total ou renda corrente, da qual se subtrai os impostos e taxas pagos pelas famílias para obter a medida da renda disponível. Vale ressaltar que a renda apresentada pela POF já inclui a renda de mercado e as transferências, isto é, é uma medida de renda total (renda corrente). Nesse sentido, reconhece-se a importância de formas de renda não monetária, mas se mantém o conceito de renda corrente, isto é, aquele que é auferida de maneira estável pelas famílias e que sustenta um determinado padrão de consumo ao longo do tempo. Isto significa que ganhos com ativos financeiros que são reaplicados e que sustentam o aumento de patrimônio não são considerados na renda corrente.

Apesar de reconhecer a importância das transferências públicas não monetárias para um conceito mais amplo e multidimensional da renda, é preciso destacar que este trabalho considera apenas as transferências monetárias, pela dificuldade de mensuração das transferências não monetárias e pela ausência desse tipo de dados nas POFs. Também é importante ter claro que para chegar à renda disponível corrente, será utilizado apenas o cálculo dos impostos indiretos sobre o consumo corrente. Portanto, a medida de renda disponível que será obtida será a medida da renda total corrente (monetária e não monetária) após o pagamento dos impostos indiretos.

Para chegar à medida da renda disponível, foram utilizados os dados de renda total de cada família obtidos nos microdados das POFs 2003 e 2009 e deduzidos os gastos

com impostos indiretos de cada família. Os impostos indiretos foram calculados também com os microdados da POF, primeiro utilizando as combinações de números de quadros e itens para criar grupos de despesa e posteriormente aplicando as alíquotas de cada grupo de despesa (conforme Tabela 3.4). O cálculo dos impostos indiretos foi feito adotando o seguinte procedimento utilizado por Dedecca (2010, p.23)

$$Gi \times (ICMSi/100) / (1 + ((IPIi/100) + (PIS/COFINSi/100)))$$

Onde: Gi é o gasto total familiar no grupo de despesa i;

ICMSi é a alíquota média do imposto de circulação de mercadorias e serviços no grupo de despesa i;

IPIi é a alíquota média do Imposto sobre Produtos Industrializados no grupo de despesa i;

PIS/COFINS é a alíquota média do Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Previdencial Social no grupo de despesa i.

3.3 Apresentação de Resultados

Após a preparação dos dados e estimação dos gastos das famílias com a tributação indireta, passamos à formulação de tabelas e análise dos resultados, entretanto, antes de realizar a análise dos dados de renda, é importante considerar algumas informações gerais sobre as famílias (unidades básicas de consumo) brasileiras, isto porque é preciso saber se as características das famílias têm impactos sobre a distribuição de renda.

Segundo Dedecca (2010b), é importante observar o tamanho das famílias, porque diferenças significativas no tamanho das famílias podem ter impactos também significativos nas condições de vida das mesmas. Uma família maior certamente terá mais despesas e, a não ser que tenha mais pessoas com fonte de renda, terá uma renda per capita menor, afetando assim o modo de vida e o acesso a bens e serviços privados. Assim, seria possível imaginar que as famílias dos décimos inferiores de renda tivessem mais membros do que as famílias dos décimos superiores, entretanto podemos constatar na Tabela 3.5 certa homogeneidade no tamanho médio das famílias e no número de filhos e inclusive uma ligeira diminuição do número de moradores e no número de filhos em

todos os estratos, de maneira que o tamanho médio das famílias para o total do Brasil passou de 3,65 em 2003 para 3,32 em 2009.

Por outro lado também é possível supor que nas famílias de menor renda, o acesso à educação seja mais restrito, não pelo fato de não haver ensino público e gratuito para a população, pois como vimos no capítulo anterior esse é um serviço público que está acessível a praticamente toda população, mas pelo fato de que nas famílias de baixa renda existe a necessidade de ingressar no mercado de trabalho mais cedo, o que pode prejudicar ou desestimular o indivíduo a continuar estudando.

Os dados da Tabela 3.4 confirmam essa hipótese de que nas famílias mais pobres as pessoas têm menos anos de estudo. Como esperado, nas famílias dos estratos superiores de renda tanto a pessoa de referência quanto os filhos (que em média são mais velhos que os das famílias mais pobres) têm mais anos de estudo.

Quanto menor a renda, maior a proporção da renda gasta com as necessidades mais básicas como alimentação. É interessante notar que, embora o tamanho das famílias seja homogêneo nos diferentes estratos de renda, a proporção dos gastos com alimentação é bem maior entre as famílias mais pobres e decresce conforme se sobe na escala de renda. Enquanto as famílias do primeiro estrato gastam em torno de um terço de sua renda com alimentação, as famílias mais ricas gastam menos de 15%. Em 2003 as famílias do primeiro décimo gastavam 37,17% do total de despesas com alimentação e as famílias mais ricas apenas 11,36%. Já em 2009 as famílias mais pobres passaram a destinar 31,64% de seus gastos para alimentação e as famílias mais ricas 13,04 %.

Diferente das despesas com alimentação, as despesas com habitação tem a característica de ser uma despesa com pequena variação entre os diferentes estratos de renda. Tanto em 2003 quanto em 2009 variou em torno de 12 a 16% dos gastos das famílias.

Tabela 3.4 - Indicadores básicos sobre famílias (unidades de consumo) segundo estrato de renda familiar e região geográfica – Brasil, 2003 e 2009.

2003								
Décimos de Renda	Quantidade de moradores	Idade da pessoa de referência	Idade Média dos filhos	Anos de Estudo da pessoa de referência	Anos médios de estudo dos filhos	Número de Filhos	Despesa com alimentos na despesa total (%)	Despesa com habitação na despesa total (%)
1o	4,03	39,98	10,39	2,57	2,10	1,89	37,17	12,78
2o	3,67	41,80	11,67	3,34	2,63	1,60	33,74	14,08
3o	3,76	43,91	13,08	3,60	3,16	1,66	29,72	14,94
4o	3,63	44,93	14,06	4,18	3,50	1,53	26,85	16,03
5o	3,65	45,68	14,21	4,46	3,90	1,57	25,30	15,57
6o	3,58	48,34	15,28	4,70	4,45	1,50	23,89	16,41
7o	3,71	46,50	14,95	5,59	4,75	1,54	20,54	16,82
8o	3,65	47,34	15,56	6,36	5,58	1,52	18,62	17,08
9o	3,62	46,46	16,02	8,03	6,15	1,52	15,66	16,60
10o	3,49	48,36	17,16	11,06	7,51	1,43	11,36	16,68
Total	3,65	45,83	14,34	5,87	4,44	1,55	17,83	16,41
2009								
	Quantidade de moradores	Idade da pessoa de referência	Idade Média dos filhos	Anos de Estudo da pessoa de referência	Anos médios de estudo dos filhos	Número de Filhos	Despesa com alimentos na despesa total (%)	Despesa com habitação na despesa total (%)
1o	3,41	40,95	10,33	4,10	2,65	1,50	31,64	12,76
2o	3,36	47,12	12,60	4,14	3,36	1,39	29,52	16,17
3o	3,39	45,60	13,00	4,97	3,64	1,39	26,55	14,65
4o	3,30	48,28	14,97	4,97	4,22	1,26	27,30	15,09
5o	3,32	48,91	15,43	5,43	4,68	1,29	25,93	14,93
6o	3,26	48,40	16,09	5,91	4,89	1,27	24,69	14,47
7o	3,32	47,95	17,03	6,65	5,64	1,30	22,43	14,65
8o	3,29	48,17	17,45	7,46	6,22	1,24	20,90	13,69
9o	3,30	48,22	17,63	8,89	6,88	1,27	18,70	14,68
10o	3,28	50,80	19,26	11,43	8,41	1,24	13,04	13,77
Total	3,32	47,76	15,96	6,81	5,47	1,30	17,71	14,14

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Além de observar o perfil das famílias em cada estrato de renda, é importante conhecer onde estão localizadas essas famílias nas diferentes regiões do país. Apesar

desse estudo não ter seu foco nas desigualdades regionais, é importante observar que existem diferenças relevantes na distribuição de renda nas regiões geográficas do país.

Diante da história do Brasil, especialmente do processo de industrialização e urbanização que se deu entre os anos 1930 e 1980 que foi concentrado no sudeste, presume-se que haja também uma concentração da população dos estratos superiores de renda nesta região, por conta de empregos na indústria que remuneram melhor e tem mais benefícios.

A Tabela 3.5 confirma a concentração da população dos décimos de renda superior no sudeste e dos estratos inferiores no nordeste do país. Os dados mostram que dos 20% mais pobres da população, praticamente metade se encontra no nordeste brasileiro. Ao passo que um terço da população dos 20% mais ricos residem no sudeste. Isso demonstra que, além da desigualdade de renda, existe uma desigualdade regional de renda em nosso país.

Em relação à distribuição das famílias de cada estrato de renda nas diferentes regiões geográficas do Brasil, podemos afirmar que a distribuição sofre pequenas alterações entre 2003 e 2009. Há uma queda de aproximadamente 6 pontos percentuais na população do primeiro e do segundo décimo de renda que reside no nordeste entre 2003 e 2009, contrabalançada por um aumento da população desses extratos no sudeste, sul e, em menor medida, no centro-oeste. Por outro lado, há uma concentração ainda maior do terceiro ao último décimo no sudeste do país.

Tabela 3.5 - Distribuição das famílias (unidades de consumo) segundo estrato de renda familiar e região geográfica – Brasil, 2003 e 2009.

2003					
Décimos de Renda	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1o	17,64	66,28	5,90	2,31	7,87
2o	17,81	55,74	9,33	5,03	12,09
3o	16,54	48,37	11,84	6,83	16,43
4o	14,37	43,46	15,57	9,22	17,39
5o	13,23	38,77	16,97	11,74	19,30
6o	12,42	35,31	19,24	13,82	19,21
7o	13,13	28,90	21,74	17,38	18,85
8o	12,52	25,71	23,77	18,71	19,29
9o	12,06	23,58	23,87	21,66	18,83
10o	11,51	20,03	29,81	18,75	19,89
Total	14,11	38,50	17,85	12,59	16,95
2009					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1o	13,65	59,23	12,18	5,37	9,58
2o	14,83	48,88	17,28	6,48	12,53
3o	15,53	42,87	20,39	7,09	14,12
4o	14,17	38,65	22,40	9,38	15,40
5o	14,02	35,13	25,42	10,16	15,27
6o	14,19	29,05	27,30	13,04	16,42
7o	13,30	26,99	28,99	14,73	16,00
8o	11,89	22,78	31,67	17,98	15,67
9o	12,53	20,40	32,52	17,81	16,75
10o	11,90	20,85	32,86	17,45	16,93
Total	13,60	34,41	25,14	11,97	14,88

Fonte: Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

É interessante observar também como evoluiu a renda média em cada um dos estratos de renda nas cinco regiões. Ao comparar os valores dos rendimentos, é necessário levar em consideração a inflação entre os meses de referência das duas pesquisas, isto é, entre janeiro de 2003 e janeiro de 2009. Adotando o INPC como deflator, os valores correntes da POF 2002-2003 devem ser multiplicados por 1,3914 para expressá-los em reais de janeiro de 2009 (Hoffmann 2010, p.3).

Como vimos no capítulo anterior, na década passada houve crescimento da renda no país e especialmente aumento na renda das camadas mais pobres da população,

afetadas pelo aumento do salário mínimo, queda do desemprego e pelo Programa Bolsa Família, e os dados das POFs de 2003 e 2009 confirmam isso.

A Tabela 3.6 apresenta a renda média das famílias de cada estrato de renda, conforme a região de residência em reais de janeiro de 2009 e a variação percentual de renda per capita em cada um dos décimos e nas regiões geográficas. Por meio destes dados podemos observar que há ganho real de renda em todos os estratos de renda, exceto no último décimo da região sul. Esses resultados corroboram o que já foi observado no Capítulo 2, que a renda cresceu mais nos estratos inferiores: um aumento de quase 50% na renda dos 20% mais pobres e de 11,78% nos 10% mais ricos da população. E no que diz respeito às regiões, o aumento mais expressivo ocorreu nas regiões Norte e Nordeste de 33,22% e 27,92% respectivamente.

Tabela 3.6 - Renda média per capita das famílias (unidades de consumo) segundo estrato de renda familiar e região geográfica– Brasil, 2009.

Décimos de Renda	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1o	98,49	92,84	102,34	105,34	102,02	96,36
2o	177,70	179,32	182,54	180,96	180,58	180,22
3o	252,57	253,69	257,06	256,39	252,86	254,99
4o	335,14	331,10	335,09	335,19	332,94	333,63
5o	426,33	424,79	427,84	428,83	426,06	426,90
6o	535,49	532,45	535,88	536,12	533,96	534,86
7o	668,34	671,19	673,93	674,44	672,47	673,09
8o	890,42	888,33	895,03	889,76	889,70	892,35
9o	1300,55	1296,01	1295,07	1304,81	1290,09	1296,98
10o	3556,40	3502,89	4070,24	3642,86	4090,09	3907,50
Total	683,99	609,76	1321,35	1181,28	1089,39	1052,65
Variação percentual da renda familiar per capita (2003 a 2009)						
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	Brasil
1o	51,20	47,15	52,47	47,40	47,40	49,00
2o	47,39	49,18	48,08	45,75	45,14	48,14
3o	44,14	45,66	44,14	46,33	43,76	45,10
4o	44,22	41,97	43,04	42,22	42,03	42,58
5o	40,99	39,96	40,16	40,04	40,00	40,12
6o	37,78	36,81	37,06	36,78	35,94	36,88
7o	31,43	31,83	31,03	31,38	31,10	31,26
8o	26,14	26,63	25,91	25,46	26,25	25,95
9o	18,78	18,28	18,04	19,30	17,51	18,31
10o	19,96	4,99	17,76	-0,04	2,92	11,78
Total	33,22	27,92	17,21	17,00	23,68	18,73

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados.

Elaboração Própria.

O aumento de praticamente 50% na renda das famílias mais pobres e de menos de 20% na renda das famílias mais ricas reforçam o argumento apresentado no capítulo anterior de que a desigualdade de renda corrente diminuiu no período porque a renda das famílias mais pobres cresceu mais rapidamente do que a renda das famílias dos estratos superiores. A grande questão à qual este trabalho se propôs foi analisar o que ocorreu com a desigualdade de renda disponível, diante da conhecida regressividade do sistema tributário nacional.

A regressividade é característica principalmente dos tributos indiretos e não é compensada pela progressividade da tributação direta segundo autores como Silveira (2008) e Dedecca (2010b). Por isso, a estrutura tributária é regressiva e não é utilizada como um instrumento de correção da desigualdade de renda, mas como um agravante dessa desigualdade.

A tabela 3.7 demonstra a regressividade dos impostos indiretos que oneram proporcionalmente mais as famílias mais pobres. É possível observar que em 2003 28,23% da renda das famílias do primeiro décimo era destinado ao pagamento de impostos indiretos enquanto que as famílias do topo da pirâmide despendiam menos de 12,59% de sua renda com o pagamento de impostos indiretos. Em 2009 esses números passaram para 22,76% e 10,24%, respectivamente. Entretanto a regressividade da tributação indireta se mantém. A magnitude dos impostos indiretos em relação à renda cai em termos relativos por conta do movimento, visto anteriormente, de crescimento mais acelerado da renda nos estratos inferiores. De modo que se a renda cresce, a participação dos impostos indiretos na renda diminui.

O fato de a estrutura tributária brasileira ser baseada fundamentalmente em impostos indiretos, principalmente sobre o consumo e o trabalho, e o fato de o valor pago em impostos indiretos ser muito expressivo em relação à renda, nos permitem considerar a renda disponível como a renda total (monetária e não monetária) menos os impostos indiretos sem com que isso prejudique a análise da desigualdade de renda disponível.

Tabela 3.7 - Participação na Renda Total (monetária e não monetária)(%) – Brasil, 2003 e 2009.

2003			
Décimos de Renda	Despesa total*	Impostos Indiretos	Renda Disponível (Total)
1o.	158,16	28,23	71,77
2o.	130,29	24,01	75,99
3o.	118,37	22,33	77,67
4o.	111,80	21,57	78,43
5o.	105,97	20,61	79,39
6o.	98,95	19,43	80,57
7o.	95,76	19,03	80,97
8o.	89,88	17,92	82,08
9o.	82,18	16,48	83,52
10o.	62,41	12,59	87,41
Total	79,73	15,82	84,18
2009			
Décimos de Renda	Despesa total*	Impostos Indiretos	Renda Disponível (Total)
1o.	123,90	22,76	77,24
2o.	96,20	17,81	82,19
3o.	88,88	16,80	83,20
4o.	83,02	15,73	84,27
5o.	77,15	14,73	85,27
6o.	78,43	15,11	84,89
7o.	74,54	14,54	85,46
8o.	71,15	13,99	86,01
9o.	67,38	13,31	86,69
10o.	52,09	10,34	89,66
Total	63,81	12,49	87,51
2009 Participação na Renda Monetária			
Décimos de Renda	Despesa total*	Impostos Indiretos	Renda Monetária Disponível
1o.	180,40	33,14	66,86
2o.	127,15	23,54	76,46
3o.	116,02	21,93	78,07
4o.	105,26	19,94	80,06
5o.	96,48	18,42	81,58
6o.	96,91	18,68	81,32
7o.	90,08	17,57	82,43
8o.	84,27	16,57	83,43
9o.	77,67	15,35	84,65
10o.	56,78	11,27	88,73
Total	73,15	14,32	85,68

Fonte: Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados.
Elaboração Própria.*Despesa total monetária e não monetária.

É possível observar na Tabela 3.7 que a participação da despesa total na renda total nas famílias dos primeiros décimos é maior do que 100%, o que representa um déficit para essas famílias. Silveira (2008, p.34) afirma que é comum a presença de déficits orçamentários nas famílias situadas nos estratos inferiores e médios de renda, o que significa que a renda declarada por essas famílias deve ser inferior aos gastos. E no caso das famílias dos estratos de renda inferior a renda declarada é menor inclusive do que as despesas de consumo. Já as famílias dos estratos superiores têm despesas menores do que a renda. Quanto maior a renda, maior a poupança que a família pode fazer.

Para Silveira (2008), os déficits das famílias mais pobres podem decorrer de sub-declarações de rendimentos, especialmente de rendimentos provenientes de trabalhos esporádicos informais, de doações originadas da rede privada de proteção social ou de canais informais de crédito. Por causa dessa diferença entre a renda declarada e os gastos declarados pelas famílias na POF, alguns estudos utilizam as despesas para avaliar a progressividade-regressividade da tributação. Outros trabalhos, como Siqueira, Nogueira e Souza (2012), utilizam as despesas declaradas pelas famílias dos estratos inferiores de renda como uma medida de correção da sub-declaração, entretanto, Silveira (2008) adverte que esse procedimento deixa a desejar uma forma de correção para a sub-declaração nos estratos superiores. Por outro lado, parte do déficit entre despesa e renda nos primeiros décimos de renda também pode decorrer de endividamento, isto é, parte do déficit poderia ser financiado por mecanismos de crédito, o que poderia reduzir um pouco a regressividade.

O déficit entre as despesas e a renda é ainda maior quando se considera a renda monetária. Em 2009 as despesas superam a renda monetária até o quarto décimo de renda. Mesmo considerando-se o argumento da sub-declaração, é provável que a importância da renda não monetária para as famílias dos estratos de renda inferior deva-se a conta da produção para consumo próprio que elas realizam.

A concentração de renda é menor, segundo Silveira (2008), quando se considera a renda total em vez de considerar a renda monetária e também é menor quando se utiliza a despesa no lugar da renda. É possível notar isso quando observamos a diferença entre a renda e o gasto das famílias dos estratos inferiores. Entretanto tomar o valor dos gastos

das famílias mais pobres como um mecanismo de ajuste para a sub-declaração implicaria diminuir de maneira expressiva o grau de desigualdade, minimizando a relevância da moeda na determinação do padrão de consumo.

A Tabela 3.8 mostra que diferença entre os valores das despesas e a renda declarada nos primeiros estratos é menor no nordeste do que no Brasil como um todo, talvez por conta de uma presença menor de mecanismos de crédito para o financiamento do consumo corrente. O crescimento da renda mais acelerado entre a população mais pobre que, como observado anteriormente, se concentra na região nordeste do país, diminuiu ainda mais o déficit entre renda e consumo da população mais pobre no nordeste e fez cair também a participação dos impostos na renda em todos os estratos. É importante ressaltar que o aumento na renda diminui o impacto da tributação sobre ela, mas não seu caráter regressivo.

Tabela 3.8 - Participação na Renda Total (%) –Região Nordeste do Brasil, 2003 e2009.			
2003			
Décimos de Renda	Despesa total	Impostos Indiretos	Renda Disponível (Total)
1o	151,61	26,36	73,64
2o	125,35	22,45	77,55
3o	111,10	20,37	79,63
4o	106,69	19,78	80,22
5o	102,70	19,21	80,79
6o	95,66	18,11	81,89
7o	91,71	17,82	82,18
8o	92,41	17,99	82,01
9o	82,01	16,16	83,84
10o	60,13	11,97	88,03
Total	87,43	16,68	83,32
2009			
Décimos de Renda	Despesa total	Impostos Indiretos	Renda Disponível (Total)
1o	115,38	20,14	50,39
2o	90,62	15,99	61,64
3o	85,35	15,29	63,76
4o	78,64	14,15	67,13
5o	77,05	13,95	67,94
6o	73,88	13,45	68,92
7o	71,91	13,47	70,55
8o	69,94	13,19	72,47
9o	67,67	12,93	74,83
10o	50,04	9,76	83,20
Total	67,12	12,52	73,93

Fonte: Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

O déficit entre as despesas e a renda total nos estratos mais baixos de renda é maior no sudeste do que no Brasil como um todo, isso pode ocorrer porque a sub-declaração de renda é maior nesta região ou pela existência de mecanismos de crédito que permitam o financiamento desse déficit. Assim como na região nordeste e no Brasil todo, houve um aumento na renda entre 2003 e 2009 no sudeste e uma queda tanto no déficit entre despesa e renda quanto na participação dos impostos na renda.

Tabela 3.9 - Participação na Renda Total (%)– Região Sudeste do Brasil, 2003 e 2009.

2003			
Décimos de Renda	Despesa total	Impostos Indiretos	Renda Disponível
1o	165,42	31,98	68,02
2o	134,63	25,95	74,05
3o	122,09	23,82	76,18
4o	114,30	22,66	77,34
5o	108,52	21,67	78,33
6o	100,55	19,98	80,02
7o	97,63	19,61	80,39
8o	88,76	17,92	82,08
9o	82,56	16,70	83,30
10o	65,63	13,28	86,72
Total	78,61	15,83	84,17

2009			
Décimos de Renda	Despesa total	Impostos Indiretos	Renda Disponível
1o	123,65	24,89	75,11
2o	101,51	19,86	80,14
3o	89,04	17,74	82,26
4o	84,13	16,59	83,41
5o	76,01	15,00	85,00
6o	79,39	15,73	84,27
7o	75,78	15,05	84,95
8o	72,34	14,47	85,53
9o	67,36	13,48	86,52
10o	54,04	10,80	89,20
Total	63,26	12,62	87,38

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Como as despesas são maiores em relação à renda na região sudeste do que na região nordeste, a participação dos impostos indiretos, que são impostos sobre o consumo e, portanto proporcionais às despesas, também são maiores nos primeiros décimos de renda do sudeste do que no nordeste. Entretanto, isso não significa necessariamente que podemos concluir que a desigualdade seja maior no sudeste do que no nordeste e em todo o país. Para analisar a desigualdade de renda disponível é preciso utilizar uma medida de desigualdade como o índice de Gini.

O índice de Gini é um instrumento para medir o grau de concentração de renda de uma população. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que quando mais próximo de zero, mais

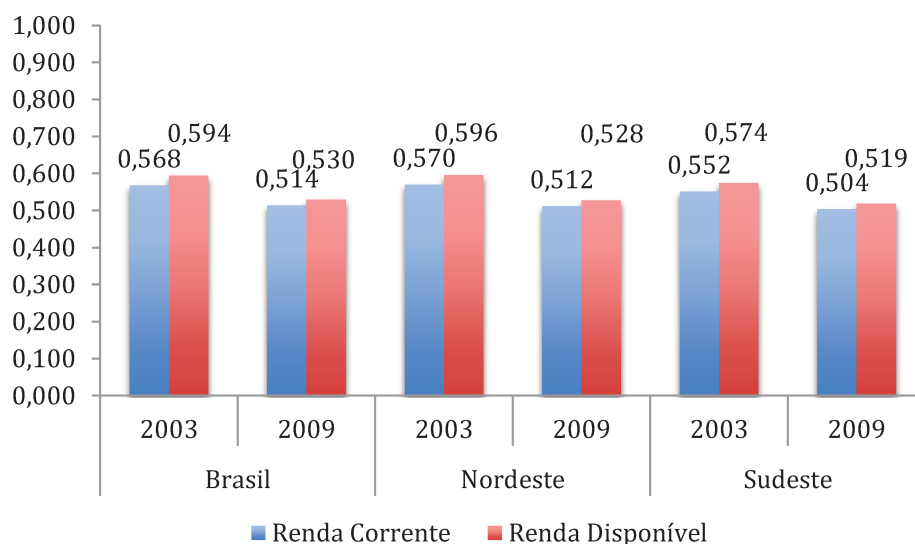
próximo da situação de igualdade, e quanto mais próximo de 1, mais desigual e concentrada é a distribuição de renda.

Utilizando os dados das POFs de 2003 e 2009, observamos que há uma queda na desigualdade de renda corrente, que já inclui a renda de mercado e a renda proveniente das transferências públicas monetárias. Essa redução pode ser verificada pela queda do índice de Gini de 0,568 em 2003 para 0,514 em 2009. Esses dados apenas corroboram os dados apresentados no Capítulo 2 sobre a conhecida queda na desigualdade de renda corrente na década passada, a grande questão era procurar observar como se comportou a concentração de renda disponível. Após estimar a tributação indireta e deduzi-la da renda corrente, chegamos a renda disponível para os anos de 2003 e 2009, as quais tiveram respectivamente os seguintes coeficientes de Gini: 0,594 e 0,530.

Esses dados nos permitem avaliar que a desigualdade de renda disponível também diminuiu entre 2003 e 2009, isto é, acompanha a tendência de diminuição da concentração de renda corrente no período. Por outro lado, podemos observar também que tanto em 2003 quanto em 2009, a distribuição de renda após a incidência da tributação indireta é mais desigual, de forma que se comprova o caráter regressivo da tributação indireta e seus efeitos sobre a distribuição de renda. Embora esse caráter regressivo se mantenha de 2003 para 2009, podemos perceber que há uma pequena redução do impacto negativo da tributação indireta na distribuição de renda, pois a diferença do coeficiente de Gini da renda corrente para a renda disponível em 2009 é pouco menor que a de 2003.

Por meio dos índices de Gini, apresentados no Gráfico 3.4, observamos que tanto em 2003 quanto em 2009 a desigualdade de renda (corrente e disponível) era maior no nordeste do que no sudeste do país. É interessante notar também que a queda da desigualdade é maior na região nordeste do que no sudeste do país: enquanto o índice de Gini da renda corrente no nordeste passa de 0,570 para 0,512, no sudeste a queda é de 0,552 para 0,504.

Gráfico 3.4 – Evolução do Índice de Gini para Renda Corrente e para Renda Disponível– Brasil, 2003 e 2009.



Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003-, 2008-2009, POF/IBGE. Microdados. Elaboração Própria.

Diante da regressividade da tributação indireta e da magnitude da proporção da renda das famílias mais pobres destinada ao pagamento de impostos, consideramos necessário observar mais de perto a estrutura de gastos das famílias brasileiras em cada décimo de renda e ainda quais grupos de despesa mais contribuem para que a participação da tributação indireta na renda seja tão expressiva e tão regressiva. Por isso procuraremos apresentar a seguir a estrutura de despesas das famílias e a distribuição da tributação indireta por grupo de despesa segundo os décimos de renda. Além disso, a estrutura de pagamentos de impostos por grupo de despesas nos permitirá observar quais foram os grupos de despesas que contribuíram para a diminuição da participação dos impostos indiretos na renda.

No que se refere a estrutura de gastos com consumo corrente, é possível supor que para as famílias mais pobres, as despesas mais representativas são com alimentação, habitação e vestuário, isto é, com despesas “de primeira necessidade”, e que outros grupos de despesas como educação, recreação e cultura ganhem importância conforme o aumento da renda.

Segundo a Tabela 3.10, os gastos com alimentação representam 37,17% das despesas das famílias do primeiro décimo de renda em 2003 e decrescem para 31,64% em 2009, à medida que a renda aumenta, a participação da despesa com alimentação cai até chegar a 11,69 e 13,04 no último décimo em 2003 e 2009, respectivamente.

Tabela 3.10 - Estrutura de Despesas - Participação na Despesa Total (%) – Brasil, 2003 e2009.

2003													
Décimos de renda	Alimentação	Vestuário	Transporte	Higiene e Cuidados Pessoais	Assistência a Saúde	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços Pessoais	Habitação	Despesas Diversas	Bens de Consumo Duráveis	Impostos
1o.	37,17	4,89	4,54	1,44	2,91	0,38	1,23	0,32	0,48	12,78	12,00	4,01	17,85
2o.	33,74	5,12	4,86	1,35	3,37	0,51	1,47	0,29	0,55	14,08	12,41	3,82	18,43
3o.	29,72	5,40	5,11	1,38	3,75	0,73	1,52	0,27	0,63	14,94	13,47	4,22	18,87
4o.	26,85	5,26	5,44	1,38	3,91	0,79	1,65	0,29	0,71	16,03	14,26	4,14	19,30
5o.	25,30	5,39	5,78	1,29	4,43	1,01	1,82	0,29	0,70	15,57	15,06	3,92	19,45
6o.	23,89	4,98	5,90	1,28	4,71	1,21	1,79	0,26	0,76	16,41	15,50	3,67	19,64
7o.	20,54	5,00	6,58	1,28	4,87	1,75	2,20	0,22	0,74	16,82	16,57	3,57	19,87
8o.	18,62	4,47	6,64	1,21	5,08	2,40	2,40	0,20	0,79	17,08	17,61	3,56	19,94
9o.	15,66	4,19	6,80	1,06	5,69	3,46	2,68	0,14	0,91	16,60	19,24	3,50	20,06
10o.	11,36	3,31	6,09	0,85	6,23	4,79	3,12	0,10	0,94	16,68	23,32	3,04	20,17
Total	17,83	4,21	6,16	1,09	5,35	3,04	2,52	0,17	0,83	16,41	19,11	3,45	19,84
2009													
1o.	31,64	5,61	6,37	1,72	4,64	0,28	2,04	0,40	0,81	12,76	8,16	6,53	19,04
2o.	29,52	4,70	6,12	1,80	5,84	0,49	1,80	0,32	0,92	16,17	8,39	4,72	19,19
3o.	26,55	5,44	6,90	1,60	6,59	0,63	2,23	0,38	0,85	14,65	8,97	5,55	19,64
4o.	27,30	4,75	8,09	1,51	6,54	0,73	2,51	0,23	0,79	15,09	8,46	4,61	19,38
5o.	25,93	4,67	7,32	1,56	7,12	0,79	2,20	0,27	0,96	14,93	9,85	4,94	19,44
6o.	24,69	5,00	7,44	1,56	7,05	1,02	2,46	0,29	1,06	14,47	10,69	4,59	19,68
7o.	22,43	5,20	7,84	1,89	7,17	1,09	2,38	0,26	1,10	14,65	11,65	4,57	19,78
8o.	20,90	5,14	8,63	1,67	7,13	1,92	2,50	0,27	1,14	13,69	12,09	4,79	20,13
9o.	18,70	4,71	7,90	1,40	6,83	3,13	2,88	0,16	1,21	14,68	14,62	3,75	20,04
10o.	13,04	3,94	6,64	1,17	7,81	4,53	3,29	0,10	1,21	13,77	20,81	3,66	20,02
Total	17,71	4,45	7,26	1,38	7,33	3,16	2,91	0,17	1,15	14,14	16,32	4,06	19,93

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2003, POF/IBGE. Microdados. Elaboração própria

Enquanto as despesas com alimentação representam o maior item de gasto das famílias mais pobres, as despesas diversas tem maior participação nas despesas das famílias do último estrato: 23,32% em 2003 e 20,81% em 2009. O item das “despesas diversas” inclui as despesas com aquisição de combustíveis domésticos e outros do domicílio principal, consertos e manutenção de móveis, aparelhos e máquinas de uso doméstico, aluguel de aparelhos e utilidades de uso doméstico, serviços domésticos, comunicação, aquisição de utensílios avulsos e artigos de banheiro, copa e cozinha, outras aquisições, viagens, acessórios e manutenção de veículos, serviços bancários, advogado, despachante e similares, cerimônias familiares, práticas religiosas, outras festas e recepções, aquisição de jóias, relógios, aparelhos e acessórios de telefonia celular, contribuições, transferências e encargos financeiros e despesas com veículos (documentação, seguro e outros). As despesas diversas também representam um gasto importante para as famílias dos primeiros décimos de renda, todavia perdem participação no total das despesas em todos os níveis de renda entre 2003 e 2009.

Outro componente importante do gasto das famílias, tanto dos estratos superiores quanto dos estratos inferiores de renda, é a despesa com habitação que representava em média 16,41% das despesas das famílias em 2003 e passa a representar 14,14% das despesas das famílias brasileiras.

Assim como as despesas com alimentação, as despesas com vestuário crescem nos décimos superiores, sem que isso representasse um aumento expressivo no total das despesas para o total das famílias.

A participação das despesas com transporte, aumenta em todos os décimos de renda entre 2003 e 2009, assim como as despesas com assistência à saúde. Ambos tem um aumento na participação no total das despesas, a despesa com transportes aumento 1% na media das famílias e as despesas com assistência à saúde teve um aumento de 2% para o total das famílias.

Vale ressaltar ainda que há um aumento da participação dos gastos com bens de consumo duráveis (exceto veículos) em todos os décimos, mas mais expressivamente no

primeiro que passa de 4,01% para 6,53% entre 2003 e 2009. Esses gastos representam uma parcela maior do gasto entre as famílias de menor renda.

As despesas com educação tem participação muito maior nas famílias mais ricas do que nas famílias mais pobres. Enquanto no primeiro décimo de renda em 2003 os gastos com educação representavam 0,38% da despesa total, nas famílias mais ricas representavam 4,79%. Em 2009 essa diferença continua grande (0,28 e 4,53), entretanto nota-se um pequeno aumento da participação desse gasto a partir do segundo décimo e uma queda da participação nos estratos superiores.

A participação dos gastos com recreação e cultura e com serviços pessoais também é maior entre os estratos superiores de renda e ambas apresentaram crescimento, porém enquanto a despesa com serviços cresceu de maneira mais proporcional para as famílias, a despesa com recreação e cultura cresceu mais entre as famílias dos primeiros décimos.

Os gastos com assistência à saúde também tem maior participação nas despesas conforme se aumenta a renda e a participação desse item do gasto no total das despesas aumentou em todos os estratos, especialmente entre o quinto e o sétimo. Já as despesas com serviços pessoais que, como era de se esperar também é maior entre os mais ricos o crescimento foi homogêneo.

As despesas com higiene e cuidados pessoais tem uma participação homogênea nas despesas das famílias e aumenta no período também de forma homogênea.

Vale notar ainda que a participação dos impostos indiretos no total das despesas é homogênea e não expressa a regressividade do sistema tributário brasileiro. Ademais, a participação das despesas com o pagamento de impostos na despesa total é praticamente estável entre 2003 e 2009.

Como já foi mencionado anteriormente, a utilização das despesas como próxi da renda para analisar a desigualdade pode levar a crer que a distribuição de renda é menos desigual do que na realidade é, porque apesar de as despesas declaradas pelas famílias mais pobres serem maior do que a renda declarada, utilizar as despesas como uma

parâmetro para corrigir a sub-declaração corrigiria apenas a sub-declaração dos mais pobres e manteria a sub-declaração das famílias dos estratos superiores. Por isso apresentamos a participação do impostos em relação à renda e não em relação à despesa.

Diante da discrepância entre a parte da renda das famílias mais pobres destinada ao pagamento de impostos indiretos e a parcela da renda das famílias de maior renda, seria interessante poder examinar em quais grupos de despesa as famílias mais pagam impostos em relação à renda. A Tabela 3.11 nos permite não apenas observar a parcela de renda das famílias destinada ao pagamento de impostos indiretos, mas também ver quanto da renda é destinado aos tributos por grupo de despesa. Além disso é possível comparar a parcela de renda utilizada no pagamento de impostos em cada grupo de despesa em 2003 e em 2009.

A primeira consideração a ser feita é que a participação do impostos indiretos na renda caiu em todos os estratos entre 2003 e 2009 e que essa redução se deve em grande medida ao fato de a renda ter aumentado no período, especialmente entre os mais pobres, e também por mudanças na estrutura de despesas das famílias de cada estrato de renda, como acabamos de analisar.

A distribuição do pagamento de impostos por grupo de despesa segue praticamente o mesmo padrão da estrutura de despesas apresentada anteriormente: a maior parcela de impostos pagos pelas famílias mais pobres é de impostos sobre as despesas com alimentação, habitação, despesas diversas e vestuário e a maior parte dos impostos pagos pelas famílias dos estratos superiores está relacionada às despesas com habitação e despesas diversas. Com a diminuição da participação dos gastos com alimentação no total das despesas dos mais pobres e dos gastos com habitação no total das despesas dos mais ricos, a parcela de impostos correspondentes a estes gastos diminuiu sua participação na renda das famílias. De forma que, somado ao aumento da renda como observamos na Tabela 3.6, houve uma queda na participação dos impostos indiretos na renda.

Acompanhando a queda da participação das despesas com alimentação em relação ao total das despesas, a parcela de renda destinada ao pagamento de impostos com

alimentação diminuiu de 2003 para 2009 em todos os estratos de renda, mas diminuiu proporcionalmente mais entre os mais pobres. O mesmo ocorre com os impostos pagos sobre as despesas com vestuário.

O valor pago com impostos com habitação e com despesas diversas em relação a renda caiu em todos os décimos de renda, tanto porque a renda aumentou quanto pela própria diminuição dos gastos com habitação no total dos gastos das famílias entre 2003 e 2009.

Tabela 3.11 - Impostos por Grupo de Despesa - Participação na Renda Total (%) – Brasil, 2003 e2009.

2003													
Décimos de renda	Alimentação	Vestuário	Transporte	Higiene e Cuidados Pessoais	Assistência a Saúde	Educação	Recreação e cultura	Fumo	Serviços Pessoais	Habitação	Despesas Diversas	Bens de Consumo Duráveis	Impostos
1o.	8,30	2,73	1,37	0,50	1,02	0,16	0,73	1,52	0,16	6,81	3,70	1,24	28,23
2o.	6,62	2,35	1,20	0,39	0,98	0,17	0,72	1,13	0,16	6,18	3,15	0,97	24,01
3o.	5,54	2,25	1,15	0,36	0,98	0,23	0,67	0,95	0,16	5,96	3,11	0,97	22,33
4o.	4,93	2,07	1,16	0,34	0,97	0,23	0,69	0,97	0,17	6,04	3,11	0,90	21,57
5o.	4,55	2,01	1,16	0,30	1,04	0,28	0,72	0,91	0,16	5,56	3,11	0,81	20,61
6o.	4,20	1,74	1,11	0,28	1,03	0,31	0,66	0,76	0,16	5,47	2,99	0,71	19,43
7o.	3,65	1,69	1,20	0,27	1,03	0,44	0,79	0,63	0,15	5,43	3,10	0,67	19,03
8o.	3,18	1,41	1,13	0,24	1,01	0,56	0,81	0,53	0,16	5,17	3,09	0,62	17,92
9o.	2,66	1,21	1,06	0,19	1,04	0,75	0,83	0,35	0,16	4,60	3,08	0,56	16,48
10o.	1,62	0,73	0,72	0,12	0,86	0,78	0,73	0,18	0,13	3,51	2,84	0,37	12,59
Total	2,71	1,18	0,93	0,19	0,95	0,64	0,75	0,41	0,15	4,41	2,97	0,54	15,82
2009													
1o.	6,36	2,48	1,32	0,51	1,36	0,10	0,92	1,29	0,20	4,72	2,02	1,48	22,76
2o.	4,68	1,77	1,04	0,38	1,25	0,13	0,70	0,84	0,17	4,13	1,70	1,02	17,81
3o.	4,08	1,76	1,12	0,36	1,25	0,15	0,75	0,80	0,16	3,76	1,67	0,94	16,80
4o.	3,86	1,53	1,10	0,32	1,22	0,19	0,72	0,62	0,15	3,62	1,57	0,83	15,73
5o.	3,49	1,46	0,99	0,31	1,19	0,18	0,68	0,58	0,16	3,33	1,63	0,74	14,73
6o.	3,40	1,50	1,10	0,31	1,19	0,22	0,74	0,60	0,17	3,39	1,74	0,75	15,11
7o.	3,14	1,46	1,05	0,32	1,14	0,25	0,72	0,51	0,18	3,28	1,80	0,68	14,54
8o.	2,91	1,39	1,08	0,28	1,07	0,38	0,72	0,43	0,18	3,09	1,81	0,66	13,99
9o.	2,51	1,23	1,00	0,23	1,05	0,48	0,75	0,30	0,17	3,00	2,04	0,55	13,31
10o.	1,53	0,81	0,67	0,14	0,90	0,55	0,66	0,13	0,14	2,28	2,14	0,40	10,34
Total	2,36	1,12	0,86	0,22	1,01	0,44	0,70	0,31	0,15	2,78	1,99	0,55	12,49

Fonte: Pesquisa de Orçamentos Familiares 2003, POF/IBGE. Microdados. Elaboração própria

É interessante notar que a parcela de renda gasta para pagar os impostos dos gastos com despesas diversas, educação, assistência à saúde e transporte, é maior entre as famílias de baixa renda do que entre as famílias dos décimos superiores, embora a participação desses itens nos gastos das famílias dos estratos superiores de renda seja maior.

Entre 2003 e 2009 os gastos com assistência a saúde cresceram em relação as despesas das famílias e com eles cresceu também a participação do valor dos impostos sobre saúde em relação a renda. Assim também aumentou a participação dos impostos sobre bens de consumo duráveis em relação à renda por conta do aumento da participação dessas despesas na despesa total das famílias, especialmente dos mais pobres.

Assim, verificamos que os itens de gasto que mais contribuem para que o valor pago em impostos indiretos represente uma parcela tão grande da renda das famílias mais pobres são alimentação, habitação, despesas diversas e vestuário. As despesas com alimentação representam o maior item de gasto das famílias mais pobres e consequentemente representam o item pelo qual estas famílias mais pagam impostos. Embora os alimentos sejam menos tributados, este item inclui também alimentação fora de casa, bebidas e bebidas alcoólicas.

A habitação também representa gasto importante para as famílias mais pobres, o que explica o peso dos impostos sobre habitação na renda dessas famílias. Entretanto, as despesas diversas e as despesas com vestuário, embora também sejam uma parcela considerável do gasto total dessas famílias, representam parcela igual ou ainda maior das despesas do estratos superiores e o pagamento de impostos em cada um desses itens consomem proporcionalmente mais da renda dos mais pobres do que dos mais ricos.

Dessa forma, o pagamento de impostos indiretos nos itens mencionados acima são tão representativos na renda dos mais pobres pelo fato de serem parte importante no gasto dessas famílias e também pelo caráter regressivo desse tipo de tributo.

Conclusão

Vimos neste capítulo que para se chegar aos resultados que foram apresentados, foram utilizados dados das POFs 2003 e 2009, das quais se podem obter dados de rendimento e de despesas, além de outros dados demográficos das famílias brasileiras. Por meio dos dados de despesa, foram estimados os gastos com impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS/COFINS) e deduzidos da renda corrente para obter-se a renda disponível.

Procuramos apresentar as limitações e as restrições impostas pela utilização de uma base de dados de uma pesquisa de orçamento familiar, nas quais pode haver sub-declarações, pelas opções feitas em utilizar apenas os tributos indiretos no cálculo da renda disponível e também por se ater apenas nas despesas de consumo corrente.

Os resultados obtidos refletiram a já esperada regressividade da tributação indireta, que onera proporcionalmente mais as camadas mais pobres da população, e a maior desigualdade de renda disponível do que de renda corrente, tanto para 2003 quanto para 2009. Ademais, os resultados também demonstram que houve queda na desigualdade tanto de renda corrente quanto de renda disponível no período de 2003 a 2009.

Tais resultados são corroborados quando comparados a trabalhos anteriores que procuraram avaliar os impactos distributivos da estrutura tributária brasileira, que demonstram que a regressividade dos impostos indiretos supera a baixa progressividade dos impostos diretos de maneira que a distribuição de renda após a incidência tributária é pior do que a distribuição da renda antes da incidência dos impostos.

A conclusão a que se chega, portanto, é que a estrutura tributária brasileira não tem sido utilizada como instrumento de política pública para a redução da desigualdade de renda.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi analisar a evolução da renda disponível no Brasil entre os anos de 2003 e 2009, para isso procuramos entender melhor os conceitos de desigualdade e de renda, apresentar o aumento da renda corrente no cenário de crescimento econômico no Brasil entre 2003 e 2008 e os fatores que permitiram que a renda dos mais pobres crescesse mais rapidamente que a dos mais ricos, e finalmente procuramos observar os efeitos da tributação indireta na renda das famílias e na distribuição da renda.

Vimos no capítulo 1 que a desigualdade é inerente ao capitalismo e se manifesta em diversas dimensões, não apenas da renda, mas também no acesso a bens e serviços. A renda, que é apenas uma das dimensões da desigualdade, foi definida por Hicks como recursos que podem ser gastos sem alterar a riqueza de um indivíduo ou família num determinado período de tempo. Entretanto, esta definição foi criticada por não incorporar a incerteza, por ser uma formulação “ex ante” como se os indivíduos ou famílias estimassem sua renda antes de obtê-la e sempre acertassem no gasto e também por ser um conceito focado na dimensão monetária e desconsiderar formas de renda não monetárias como as transferências do governo em espécie por meio de serviços públicos. Embora tenha sido criticado, o conceito de renda de Hicks se tornou o mais conhecido e o mais utilizado e influenciou na formulação do Sistema de Contas Nacionais.

Mas mostramos também no capítulo 1 que o Grupo Cambera apresenta medidas de renda que incorporam as críticas de Kuznets no sentido da utilização de medidas não monetárias de renda como as transferências governamentais em espécie. A renda disponível, incorpora as transferências do governo para as famílias e também os impostos pagos pelas famílias para o governo, é a medida mais utilizada na análise da distribuição de renda.

No capítulo 2 procuramos mostrar que após 2003, o contexto internacional favorável permitiu que o país voltasse a ter crescimento econômico e aumento da renda.

Este aumento na renda foi mais acentuado nas camadas mais pobres da população, de forma a contribuir para a queda na desigualdade de renda familiar corrente. Vimos que os fatores que contribuíram para o aumento na renda das famílias dos estratos inferiores foram: o aumento do emprego, a política de valorização do salário mínimo e o programa de transferência de renda Bolsa Família. Além desses fatores, a baixa inflação, o aumento do crédito e o efeito China potencializaram o aumento da renda real e do poder de compra da população.

Apesar da redução da desigualdade de renda corrente, observamos que ainda há muito que melhorar no acesso a bens e serviços públicos como educação, saneamento e habitação. Além disso, verificamos neste capítulo também que diversos estudos apontam para o fato de a estrutura tributária brasileira ser regressiva, o que pode diminuir os efeitos da distribuição de renda após a imposição fiscal, de modo que a análise da distribuição de renda disponível é muito importante.

Para saber o que ocorreu com a desigualdade de renda disponível nos anos entre 2003 e 2009, utilizamos no capítulo 3 os dados das POFs 2003 e 2009, que trazem informações sobre os rendimentos e despesas, além de outros dados demográficos das famílias brasileiras. Por meio dos dados de despesa, foram estimados os gastos com impostos indiretos (ICMS, IPI, PIS/COFINS) e deduzidos da renda corrente para obter-se a renda disponível.

Os resultados obtidos demonstraram que a tributação indireta onera proporcionalmente mais as camadas mais pobres da população, sendo portanto, regressiva. Verificamos também neste capítulo que a desigualdade de renda disponível é maior do que de renda corrente nos dois anos e tanto a desigualdade de renda corrente quanto a desigualdade de renda disponível caíram entre 2003 e 2009. Apresentamos ainda resultados de alguns trabalhos anteriores que corroboram os resultados obtidos e concluímos que a estrutura tributária brasileira não tem sido utilizada como instrumento de política pública para a redução da desigualdade de renda, embora seja um instrumento valioso para este fim.

Referências Bibliográficas

AFONSO, J.R. **Uma visão geral da reforma tributária e o custeio dos gastos sociais.** Carta Social e do Trabalho. Campinas, CESIT.IE/Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/Versao_Integral_08.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

BALTAR, P. *et al* **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira.** Global Labour University Working Papers, Berlim, Paper n. 9. 2009.

BARBOSA, N. e SOUZA, J.A.P. **A inflexão do governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda,** 2010. Disponível em: <http://nodoctruments.files.wordpress.com/2010/03/barbosa-nelson-souza-jose-antonio-pereira-de-a-inflexao-do-governo-lula-politica-economica-crescimento-e-distribuicao-de-renda.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

CANBERRA GROUP Expert Group on Household Income Statistic. **Final Report and Recommendations.** Ottawa. 2001.

CARNEIRO, R. M. Desafios do desenvolvimento brasileiro. In: CARNEIRO, R. M.; MILKO, M. (org). **Desafios do desenvolvimento brasileiro.** Brasília, Ipea. 2011. p. 15 – 28.

DAIN, S. O financiamento público na perspectiva da política social. **Revista Economia e Sociedade**, n.17, Campinas, IE/Unicamp, dez. 2001. p. 113 – 140.

DEACON, A.; MANN, K. Agency, Modernity and Social Policy. **Journal of Social Policy**, Cambridge, Cambridge University Press, 28(3). 1999.

DEDECCA, C. S. **Desigualdade, mas de qual falamos.** Campinas, IE/Unicamp. Texto para Discussão n.168. 2009.

DEDECCA, C.S. **Desenvolvimento capitalista e a recorrência da desigualdade.** Campinas, IE/Unicamp. Texto para Discussão n.178, jun. 2010a.

DEDECCA, C.S. Equidade Fiscal no Brasil – A estrutura tributária, as transferências públicas e a distribuição de renda In: **Equidad Fiscal en Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay**, Serie de Equidad Fiscal en América Latina del BID, 2010b. p. 3 – 33.

DEDECCA, C. S. **Notas sobre crescimento, desenvolvimento e desigualdades no Brasil,** 2012.

DEDECCA, C. S., TROVÃO, C. J. B. M., SOUZA, L. F. **Crescimento econômico, crise internacional e políticas sociais e suas relações com a desigualdade e pobreza no**

Brasil, 2012.

DINIZ, B. P. C. *et al* As pesquisas de orçamentos familiares no Brasil. In: SILVEIRA, F. G. *et al*. **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. v. 2. Brasília: IPEA, 2007.

EISNER, R. Divergences of Measurement and Theory and Some Implications for Economic Policy. **The American Economic Review** 79, 1, New York: American Economic Association, 1989.

FAGNANI, E. **Tributação, equidade e financiamento da política social**. Carta Social e do Trabalho. Campinas, CESIT.IE/Unicamp, 2008. Disponível em: http://www.eco.unicamp.br/cesit/images/stories/Versao_Integral_08.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

FAGNANI, E. **A política social do governo Lula: perspectiva histórica**. Campinas, IE/Unicamp. Texto para Discussão n.192, jun.2011.

FILGUEIRAS, L.; GONÇALVES, R. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GIMENEZ, D. M. **Ordem liberal e questão social no Brasil: desenvolvimento econômico e os limites para enfrentar a questão social no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Editora LTR, 2008.

GONÇALVES, R. Desempenho Macroeconômico em Perspectiva Histórica: Governo Lula (2003-2010). In: _____ **Os anos Lula: contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010.

GORDON, D. LEVITAS, R. PANTAZIS, C. et alli. 2000 **Poverty and Social Exclusion in Britain**. UK, York, Joseph Rowntree Foundation, 2000.

HICKS, J.R. The Valuation of the Social Income, **Economica**, New Series, Vol. 7, No. 26, May, London: Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, 1940.

HICKS, J.R. The Valuation of the Social Income-a Comment on Professor Kuznets' Reflections, **Economica**, New Series, Vol. 15, No. 59, Aug, London: Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, 1948.

IPEA **Perspectivas da Política Social no Brasil**. Livro 8. Brasília, 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro08_perspectivasda politica.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

IPEA Comunicado nº92. **Equidade fiscal no Brasil: impactos distributivos da tributação e do gasto social**. Brasília, 2011. Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110519_comunicadoipea92.pdf. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

HOFFMAN, R. Progressividade e regressividade de parcelas do rendimento familiar no Brasil em 2008-2009. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 647-661, dez. 2010.

KUZNETS, S. On the Valuation of Social Income-Reflections on Professor Hicks - Part I, **Economica**, New Series, Vol. 15, No. 57, Feb., London: Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, 1948a.

KUZNETS, S. On the Valuation of Social Income-Reflections on Professor Hicks - Part II, **Economica**, New Series, Vol. 15, No. 58, May, London: Blackwell Publishing/London School of Economics and Political Science, 1948b.

KUZNETS, S. Remarks In: MOSS, M. **The Measurement of Economic and Social Performance**, New York: National Bureau of Economics Research/Columbia University Press, 1973.

RIBEIRO, M. B. **Uma Análise da Carga Tributária Bruta e das Transferências de Assistência e Previdência no Brasil, no período 1995-2009**: Evolução, composição e suas relações com a regressividade e a distribuição de renda. Texto para Discussão, n. 1464, Brasília, IPEA, jan., 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1464.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

SANTOS, A. **A recuperação econômica e trabalho no governo Lula**. Campinas, mimeo. (a ser publicado pela Coletânea de livro pela Universidade Nacional Autônoma do México), 2011.

SILVEIRA, Fernando Gaiger **Tributação, previdência e assistência sociais**: impactos distributivos. 2008, 149 p. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

SIQUEIRA, R. B., NOGUEIRA, J. R. B. e SOUZA, E. S. **O sistema tributário brasileiro é regressivo?**, 2012.

VIANNA, S. W. et al. **Carga tributária direta e indireta sobre as unidades familiares no Brasil**: avaliação de sua incidência nas grandes regiões urbanas em 1996. Texto para Discussão, n. 757, Brasília, IPEA, set., 2000. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_0757.pdf . Acesso em 20 de fevereiro de 2014.

ZACHARIAS, A. **A Note on the Hicksian Concept of Income**, Levy Institut of Bard College Working Paper, 342, Annandale-on-Hudson: Levy Economics Institute, 2002.

Disponível em: <http://www.levyinstitute.org/pubs/wp342.pdf>. Acesso em 20 de fevereiro de 2014.